

DIÁLOGO GLOBAL ^{6.2}

4 edições por ano em 16 idiomas

Resgatando
W.E.B. Du Bois

Aldon Morris

O pluralismo dos
estudos de movimento social

Donatella della Porta

A sociologia no
mundo árabe

Sari Hanafi

Política no Oriente Médio

- > A crise libanesa do lixo
- > A normalização da extrema violência
- > Protegendo civis

Sociologia depois do comunismo

- > Sobre ser humano em um mundo desumano
- > A gênese de um sociólogo público chinês

O Fórum da ISA vem à Áustria

- > Sendo local, sendo global
- > Questões sociais na Áustria

Colunas especiais

- > Sociologia e mudança climática
- > Liberdade e violência na Índia
- > A escrita acadêmica
- > Apresentando a equipe cazaque

REVISTA



International
Sociological
Association
isa

VOLUME 6 / EDIÇÃO 2 / JUNHO 2016
www.isa-sociology.org/global-dialogue/

DG



> Editorial

A sociologia das margens

A sociologia mais inovadora muitas vezes vem das margens da academia e, às vezes, até mesmo completamente de fora da academia. Um caso exemplar é W.E.B. Du Bois, provavelmente, o sociólogo mais importante dos EUA que andou neste planeta. Ele é o tema do novo livro de Aldon Morris, *The Scholar Denied* [O Acadêmico Renegado], destaque nesta edição. Morris mostra que Du Bois, um sociólogo afro-americano, educado na Alemanha e em Harvard, liderou e organizou a Escola de Sociologia de Atlanta, tão científica e rigorosa como a consagrada Escola de Chicago. Se não fosse o racismo da academia na época e, de fato, atual, Du Bois teria sido reconhecido como o verdadeiro fundador da sociologia estadunidense. Desvalorizado e sem reconhecimento, ele deixou a academia para se tornar um editor e comentador de assuntos públicos, lugar do qual ele escreveu alguns dos livros mais significativos sobre raça e classe, a experiência subjetiva do racismo, o pan-africanismo e sobre o imperialismo estadunidense.

Nesta edição, temos outros representantes da sociologia das margens. Dmitri Shalin descreve a coragem e a integridade com que Vladimir Yadov se envolveu nas estruturas burocráticas da União Soviética e a visão que ele carregou para o período pós-soviético. Da mesma forma, François Lachapelle descreve como a experiência marxista-leninista e de membro da Guarda Vermelha levou Shen Yuan a uma sociologia crítica, tornando-se uma figura carismática que inspira a imaginação de seus estudantes. Sari Hanafi, aqui entrevistado por Mohammed El Idrissi, seguiu o caminho difícil a partir dos campos de refugiados palestinos na Síria para um doutorado em sociologia na França e longos períodos no Cairo e em Ramallah, antes de se estabelecer em Beirute, onde fundou e edita a *Idafat*, revista árabe de Sociologia. Destemido em sua crítica às autoridades, ele vive uma existência precária, dando energia à sociologia no Oriente Médio.

Permanecendo no Oriente Médio, Nisrine Chaer oferece uma fascinante análise da crise libanesa do lixo e os movimentos sociais gerados por ela, enquanto Lisa Hajjar e Amitai Etzioni discutem, um com o outro, a legitimidade da extensão real e potencial da violência israelense contra civis libaneses.

Finalmente, fazemos as rodadas pelas associações nacionais. Nós temos uma série de artigos da Áustria - uma apresentação para o Terceiro Fórum da ISA, que será realizado em Viena, entre 10 e 14 de julho de 2016, seguida por quatro artigos apresentando a excitante pesquisa de jovens sociólogos austríacos. Dos EUA, Riley Dunlap e Robert Brulle resumem sua impressionante produção sobre alterações climáticas, que surgiu a partir de uma Força Tarefa da Associação Sociológica Americana. Nós também reproduzimos as declarações do Comitê Executivo da ISA e de sociólogos indianos condenando a violência e as ameaças à liberdade de expressão nos campi indianos. Da Austrália, Raewyn Connell faz uma seleção junto a sua longa experiência no ensino de jovens sociólogos sobre como escrever a sua pesquisa. Nós finalizamos com as apresentações do time pioneiro da *Diálogo Global* no Cazaquistão, que assumiu o assustador desafio de traduzir sociologia para a sua língua nacional.

- > **A *Diálogo Global* pode ser encontrada em 16 idiomas no [website da ISA](#).**
- > **Submissões devem ser enviadas para burawoy@berkeley.edu**



Aldon Morris, sociólogo estadunidense de destaque, resgata o intelectual e político afro-americano W.E.B. Du Bois, como um dos fundadores da sociologia estadunidense.



Donatella della Porta, socióloga italiana, conta como ela se tornou uma das principais estudiosas dos movimentos sociais no mundo atual.



Sari Hanafi, Vice-Presidente da ISA e editor do *Jornal árabe de Sociologia* fala sobre os desafios enfrentados pela sociologia árabe.



A *Diálogo Global* é possível graças ao generoso apoio da SAGE Publications.

> Editorial

Editor: Michael Burawoy.

Editor Associado: Gay Seidman.

Editores Executivos: Lola Busuttil, August Bagà.

Conselho Editorial:
Margaret Abraham, Markus Schulz, Sari Hanafi, Vineeta Sinha, Benjamin Tejerina, Rosemary Barbaret, Izabela Barlinska, Dilek Cindoğlu, Filomin Gutierrez, John Holmwood, Guillermina Jasso, Kalpana Kannabiran, Marina Kurkchiyan, Simon Mapadimeng, Abdul-mumin Sa'ad, Ayse Saktanber, Celi Scalón, Sawako Shirahase, Grazyna Skapska, Evangelia Tastsoglou, Chin-Chun Yi, Elena Zdravomyslova.

Editores Regionais

Mundo Árabe:
Sari Hanafi, Mounir Saidani.

Argentina:
Juan Ignacio Piovani, Pilar Pi Puig, Martín Urtasun.

Brasil:
Gustavo Taniguti, Andreza Galli, Ângelo Martins Júnior, Lucas Amaral, Benno Alves, Julio Davies.

Índia:
Ishwar Modi, Rajiv Gupta, Rashmi Jain, Jyoti Sidana, Pragya Sharma, Nidhi Bansal, Pankaj Bhatnagar.

Indonésia:
Kamanto Sunarto, Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itriya, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Dominggus Elcid Li, Antonius Ario Seto Hardjana.

Irã:
Reyhaneh Javadi, Abdolkarim Bastani, Niayesh Dolati, Vahid Lenjanzade.

Japão:
Satomi Yamamoto, Amane Hisada, Takashi Kitahara, Takehiro Kitagawa, Satoshi Manabe, Tomomi Ohashira, Yutaro Shimokawa, Masaki Yokota.

Cazaquistão:
Aigul Zabirowa, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Gani Madi, Almash Tlespayeva, Almas Rakhimbayev, Amangeldi Kurmetuly.

Polónia:
Jakub Barszczewski, Krzysztof Gubański, Justyna Kościńska, Kamil Lipiński, Mikołaj Mierzejewski, Karolina Mikołajewska-Zajac, Adam Müller, Zofia Penza, Teresa Teleżyńska, Justyna Zielińska, Jacek Zych.

Romênia:
Cosima Rughiniş, Corina Brăgaru, Adriana Bondor, Alexandra Ciocânel, Ana-Maria Ilieş, Ruxandra Iordache, Mihai-Bogdan Marian, Ramona Marinache, Anca Mihai, Oana-Elena Negrea, Ion Daniel Popa, Diana Tihan, Carmen Voinea.

Rússia:
Elena Zdravomyslova, Anna Kadnikova, Asja Voronkova, Lyubov' Chernyshova, Anastasija Golovneva.

Taiwan:
Jing-Mao Ho.

Turquia:
Gül Çorbacioğlu, Irmak Evren.

Consultor de mídia: Gustavo Taniguti.

Consultora Editorial: Ana Villarreal.

> Nesta Edição

Editorial: A sociologia das margens	2
> A SOCIOLOGIA COMO VOCAÇÃO	
Resgatando W.E.B. Du Bois	
Por Aldon Morris, EUA	4
O pluralismo dos estudos de movimento social	
Por Donatella della Porta, Itália	7
> SOCIOLOGIA E POLÍTICA NO ORIENTE MÉDIO	
A sociologia no mundo árabe: uma entrevista com Sari Hanafi	
Por Mohammed El Idrissi, Marrocos	9
A biopolítica da crise libanesa do lixo	
Por Nisrine Chaer, Holanda	12
A normalização da extrema violência: o caso de Israel	
Por Lisa Hajjar, EUA	14
Protegendo civis: uma resposta a Hajjar	
Por Amitai Etzioni, EUA	18
> A SOCIOLOGIA SOB O COMUNISMO	
Sobre ser humano em um mundo desumano: relembando Vladimir Yadov	
Por Dmitri N. Shalin, EUA	20
A gênese de um sociólogo público chinês	
Por François Lachapelle, Canadá	23
> O FÓRUM DA ISA VEM À ÁUSTRIA	
Sendo local, sendo global	
Por Brigitte Aulenbacher, Rudolf Richter, e Ida Seljeskog, Áustria	25
Desigualdade, pobreza e prosperidade na Áustria	
Por Cornelia Dlabaja, Julia Hofmann, e Alban Knecht, Áustria	28
Desigualdades sociais, refugiados e o “sonho europeu”	
Por Ruth Abramowski, Benjamin Gröschl, Alan Schink, e Désirée Wilke, Áustria	29
Igualdade de gênero e a universidade austríaca	
Por Kristina Binner e Susanne Kink, Áustria	31
O tempo de trabalho e a luta por uma vida melhor	
Por Carina Altreiter, Franz Astleithner, e Theresa Fibich, Áustria	32
> COLUNAS ESPECIAIS	
Sociologia e mudança climática	
Por Riley E. Dunlap e Robert J. Brulle, EUA	33
Liberdade e violência na Índia	
Pelo Comitê Executivo da ISA	35
A escrita acadêmica: lógica e prática	
Por Raewyn Connell, Austrália	37
Apresentando a equipe do Cazaquistão	
Por Aigul Zabirowa, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, e Gani Madi, Cazaquistão	39



> Resgatando W.E.B. Du Bois

Por **Aldon Morris**, Universidade de Northwestern, Evanston, EUA



Aldon Morris.

Aldon Morris é bem conhecido por sua pesquisa sobre a mudança de paradigma em movimentos sociais, em especial por seu livro premiado, *The Origins of the Civil Rights Movement* [As Origens do Movimento por Direitos Civis] que enfatizava a base organizacional e cultural do protesto social. Neste artigo, ele apresenta seu novo e muito aguardado *The Scholar Denied* [O Acadêmico Renegado] (University of California Press, 2015), que traça o início da história da sociologia estadunidense como um relato da ascensão da Escola de Chicago e a marginalização da Escola de Atlanta, representadas por uma disputa entre suas duas principais figuras, Robert Park e o afro-americano W.E.B. Du Bois. Morris mostra como a Escola de Atlanta de Du Bois desenvolveu um programa de pesquisa tão impressionante como a Escola de Chicago, apesar de não ser tão bem conhecida. O racismo dentro do campo da sociologia profissional moldou a ascensão da sociologia de Chicago e a evolução da sociologia em geral. Hoje, Du Bois continua a ser uma figura inspiradora no pensamento social dentro e fora da sociologia, enquanto Robert Park murchou na parreira. Em termos de suas realizações, W.E.B. Du Bois deve ser justamente considerado o fundador da sociologia estadunidense.

WE.B. Du Bois foi um historiador, escritor, poeta, intelectual público, jornalista, ativista /líder e sociólogo afro-americano do século XX. De todos esses, Du Bois é menos conhecido por seu trabalho como sociólogo pioneiro. Ao contrário, ele é geralmente visto como um intelectual público radical que se tornou um líder dos negros americanos por causa de suas épicas lutas ideológicas com o poderoso líder negro conservador, Booker T. Washington.

No entanto, em meu novo livro, *The Scholar Denied: W. E. B. Du Bois and the Birth of Modern Sociology* [O Acadêmi-

co Renegado: W.E.B. Du Bois e o Nascimento da Sociologia Moderna], argumento que Du Bois desenvolveu a primeira escola da sociologia científica na América: a Escola de Atlanta de Du Bois, que floresceu nas duas primeiras décadas do século XX. Desenvolvida na Universidade de Atlanta (atual Clark Atlanta, uma pequena universidade de negros e financeiramente pobre, em Atlanta, na Geórgia), seus membros incluíam acadêmicos negros, estudantes de graduação e pós-graduação e líderes comunitários. Nascida na periferia das academias de elite, a Escola de Atlanta de Du Bois incluiu pesquisadores profissionais e amadores, cujo trabalho empírico e análises teóricas deram origem a uma abordagem científica marcada por uma comunidade oprimida.



A iniciativa rebelde de Du Bois ao desenvolver análises anti-hegemônicas sobre as desigualdades raciais e sociais. Durante essa época, o darwinismo social, que justificava o apartheid racial americano e a colonização européia de povos mestiços em todo o mundo, foi a perspectiva sociológica reinante, fornecendo suporte ideológico para impérios brancos na Europa e na América. O racismo intenso andava de mãos dadas com um consenso do pensamento nas ciências sociais e naturais americanas de que os negros eram biologicamente inferiores. Como sociólogo, Du Bois refutou a alegação de que a desigualdade racial resultava de traços raciais biologicamente determinados. Em vez disso, ele demonstrou que a desigualdade racial era impulsionada pela discriminação e opressão. Começando com o seu *Philadelphia Negro* [O Negro da Filadélfia], publicado em 1899, e continuando através de estudos posteriores, a Escola de Du Bois produziu evidências empíricas desacreditando sistematicamente o racismo “científico”.

The Scholar Denied documenta os esforços de Du Bois para montar uma equipe de pesquisa, produzindo uma sociologia insurgente sob os auspícios do Laboratório Sociológico de Atlanta. Em contraste à cátedra dominante da sociologia, a Escola de Du Bois empregou abordagens multimetodológicas, usando pesquisa quantitativa e qualitativa para derrubar as afirmações de inferioridade negra inerente. As inovações da Escola em relação à coleta de dados foram impelidas por um imperativo projeto teórico (e libertador): determinar as causas científicas da desigualdade racial e, consequentemente, desacreditar as populares doutrinas sociológicas dominantes, que sustentavam que os negros eram naturalmente inferiores, eternamente presos à parte inferior da civilização humana.

A partir desses esforços científicos, Du Bois e seus colegas começaram a formular uma contribuição teórica mais ampla, argumentando que a linha de cor - uma estrutura global durável da supremacia branca amparada por forças econômicas, políticas e ideológicas semelhantes em todo o mundo - tinha produzido a estratificação racial que moldou o mundo social do século XX. As raças, nesse ponto de vista, eram criações sociológicas, e não entidades biológicas. No início do século XX, os sociólogos americanos apegaram-se a argumentos biologicistas como explicações para realidades sociológicas; em contraposição, Du Bois privilegiou análises estruturais, embora reconhecendo que a ação humana impactasse nas estruturas sociais - e, por vezes, poderia transformá-las. Além disso, Du Bois salientou que, para explicar a desigualdade social, os sociólogos teriam que examinar as interações entre classe, raça e gênero. Assim, a busca pela libertação humana deve incluir lutas simultâneas para derrubar as opressões de classe e raça.

Em seus primeiros trabalhos, Du Bois desenvolveu o conceito de “dupla consciência”, teorizando o eu como um produto social decorrente da interação social e da comunicação, mas significativamente moldado por raça e poder;

depois, ele argumentou que a modernidade foi construída em consequência do comércio de escravos africanos e da escravidão, que disponibilizaram a força de trabalho e as mercadorias cruciais que seriam exploradas pelas burguesias ocidentais para desenvolver o capitalismo moderno.

O longamente aceito conhecimento da sociologia americana atribui a sociologia científica à Universidade de Chicago, uma faculdade masculina toda branca que diz ter desenvolvido uma sociologia científica e, depois, difundido essa abordagem para outras universidades brancas de elite da América. Mas *The Scholar Denied* destrói essa história de origem mitológica, mostrando em vez disso como a Escola de Atlanta de Du Bois desenvolveu a sociologia científica duas décadas antes. No entanto, embora Du Bois tenha desenvolvido a primeira escola científica da sociologia americana, sociólogos brancos, ameaçados pelas ideias radicais da Escola, especialmente no que concerne à raça, poder econômico, político e ideológico suprimiram a perspectiva de Du Bois durante um século. *The Scholar Denied* demonstra que a Escola de Du Bois produziu conhecimento superior ao dos sociólogos de Chicago e outros fundadores brancos. No entanto, a discriminação institucional atrasou a integração das muitas contribuições de Du Bois para o mainstream da sociologia estado-unidense durante grande parte do século XX; ainda hoje, embora muitas de suas ideias mais influentes tenham sido absorvidas pelo cânone sociológico, essas ideias foram erroneamente atribuídas a sociólogos brancos.

A Escola de Atlanta de Du Bois teve de superar enormes obstáculos. De forma totalmente diferente dos sociólogos brancos cuja agenda dominante foi ricamente apoiada pelos capitães da indústria que acolheram a legitimação fornecida pela chamada “ciência objetiva”, a Du Bois foram renegadas cátedras em universidades de prestígio, e a carência de recursos que essas universidades poderiam ter garantido. Em sua universidade negra financeiramente à míngua, Du Bois era pago com um salário insignificante, sem acesso a recursos de pesquisa adequados e suas ideias radicais eram monitoradas e muitas vezes recusadas pelas publicações de prestígio.

Em *The Scholar Denied*, documento como a Escola de Du Bois desenvolveu um programa sociológico indígena desafiando o racismo científico, e consequentemente, o pensamento amplamente defendido pelas universidades americanas. Du Bois ancorou essa Escola na comunidade negra subjugada, a qual ele descreveu a partir dos recursos escassos de membros relativamente privilegiados da comunidade. Esses acadêmicos, estudantes e líderes comunitários receberam salários miseráveis por seu trabalho acadêmico; alguns ofereceram seu trabalho voluntário para produzir uma sociologia insurgente. Juntamente a Du Bois, eles acreditavam que a pesquisa acadêmica poderia servir como uma arma para desbancar a supremacia branca, trabalhando voluntariamente na esperança de que seu traba-

Iho fosse apoiar a liberdade no futuro.

A Escola de Du Bois utilizou o capital da libertação para executar uma sociologia indígena. Com o apoio da comunidade, a Escola de Atlanta gerou um programa de pesquisa que Burawoy descreve como caracterizado por uma “autonomia embutida de sociologia pública [que] permitiu [a Du Bois] e seus colegas afro-americanos criar e sustentar uma sociologia distinta e que era mais científica que a sociologia de Chicago - que ainda mantinha fortes influências de uma filosofia especulativa da história - e [foi] também mais crítica do *status quo*”.

A Escola de Atlanta não gerou uma sociologia indiferente e destacada. Em vez disso, era engajada em uma sociologia pública, visando erradicar as desigualdades nacionais e globais. Já em 1900, Du Bois começou a organizar os Congressos Pan Africanos, reunindo líderes e acadêmicos de ascendência africana de todo o mundo para verificar ideias que poderiam ajudar a derrubar regimes racistas como o de Jim Crow (leis que reforçavam a segregação racial no sul dos EUA) e a colonização. Em seu lar, Du Bois ajudou a organizar o *Niagara Movement* e a *National Association for the Advancement of Colored People* [Associação Nacional para o Desenvolvimento das Pessoas de Cor], ambos atacavam frontalmente a supremacia branca. Ele fundou a revista *The Crisis* [A Crise], que analisava, e esbravejava contra a opressão de gênero e classe e contra a guerra. No decorrer de sua longa vida, Du Bois foi um crítico feroz do status quo, sempre buscando expor as estruturas sociais ou as formações culturais que bloqueavam a liberdade humana.

Como argumentou Michael Burawoy, a sociologia deve retornar às suas raízes radicais se é para continuar a ser relevante. As análises críticas iluminando o poder e a dominação humana podem ser encontradas em sociologias indígenas, sociologias pós-coloniais, e na teoria do Sul; mesmo dentro de sociologias burguesas ocidentais, fios

radicais que buscam falar ousadamente a verdade sobre o poder podem ser encontrados. A Escola de Du Bois oferece o que Burawoy denomina um “precursor paradigmático de tais desafios para as perspectivas dominantes” - uma contribuição muito frequentemente tornada invisível pela marginalização da Escola. Com base no exemplo de Du Bois, *The Scholar Denied* demonstra que o conhecimento sociológico precisa ser político, engajado e rigoroso, especialmente se for para se envolver em debates públicos. Com efeito, as sociologias subalternas devem ser ainda mais rigorosas do que aquelas produzidas dentro do status quo, precisamente porque as apostas são tão altas. Os sociólogos continuam perdendo o significado da sociologia de Du Bois, porque eles acreditam que ele só produziu “sociologia empírica negra”, endereçada à “questão negra” em seu papel como um intelectual público imponente; mas essa visão restringe as percepções de Du Bois para um gueto estreito, aplicável apenas à sociologia dos negros, em vez de contribuir para a teoria ou metodologia mais amplas. As evidências oferecidas em *The Scholar Denied* devem dissipar essas alegações enganosas, colocando Du Bois e sua Escola firmemente no panteão da sociologia, ao lado de Marx, Weber e Durkheim, onde ele pertence - permitindo que os sociólogos herdem a sabedoria da Escola de Atlanta de Du Bois, enriquecendo as suas próprias imaginações sociológicas.

No final de *The Scholar Denied* concluo com uma reflexão final sobre a importação da contribuição da Escola de Du Bois à sociologia: se uma escola científica inovadora poderia firmar-se no pior dos tempos, em meio ao terrorismo de turbas, ataques de elites dentro da comunidade que pretendia libertar, e a discriminação de uma sociedade racista que reteve recursos cruciais, então talvez haja esperança para todos os que trabalham para produzir conhecimento com o objetivo de compreender e transformar a humanidade. ■

Contato com Aldon Morris <amorris@northwestern.edu>

> O pluralismo dos estudos de movimento social

Por **Donatella della Porta**, Scuola Normale Superiore, Florença, Itália



Donatella della Porta.

Donatella della Porta é uma das estudiosas internacionalmente mais conhecidas e mais prolíficas na área de movimentos sociais. Seu trabalho se estende por muitos países, mas particularmente Europa e América Latina, e faz pontes entre várias disciplinas, especialmente a sociologia e a ciência política. Uma campeã da abordagem multi-metodológica para pesquisa, ela é a autora ou co-autora de 38 livros. Sua pesquisa recente abrange a área da sociologia política: desde a violência política (*Clandestine Political Violence* [Violência Política Clandestina], 2013), o policiamento de protesto (*Can Democracy be Saved?* [A democracia pode ser salva?], 2013), a corrupção política (*The Hidden Order of Corruption* [A ordem oculta da corrupção], escrito com Alberto Vannucci, 2012), as relações dos movimentos sociais com a democracia (*Mobilizing for Democracy* [Mobilizar para a democracia], 2014), às respostas ao neoliberalismo (*Social Movements in Times of Austerity* [Movimentos sociais em tempos de austeridade], 2015). Ela, por muito tempo, dedicou-se a jovens acadêmicos de diferentes países, algo que ela continua em sua nova posição como Decana do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Scuola Normale Superiore em Florença, onde ela também dirige o Centro de Estudos de Movimento Social (Cosmos). No artigo a seguir, ela descreve sua visão e compromisso com os estudos de movimentos sociais.

Meu interesse por movimentos sociais surgiu através de diferentes rotas. No centro, havia com certeza um profundo interesse em protestos, ligado às minhas experiências de ativismo estudantil, bem como a frustração sobre o que parecia, então, pequenos resultados para grandes investimentos de recursos e grandes esperanças. Houve, no entanto, também certa contingência, que acredito ser sempre um fator causal na vida dos acadêmicos. No meu caso, o envolvimento nesse campo de pesquisa surgiu casualmente, depois que eu pedi para Alain Touraine, que havia publicado trabalhos sobre as sociedades dependentes (um tema particularmente agradável para uma suísta como eu) orientar minha dissertação de mestrado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* em Paris. Ele respondeu que estava disposto, mas que havia mudado seu foco para movimentos sociais. E eu pensei, por que não?

Diversas outras contingências de sorte me colocaram em contato com uma rede crescente e energética de acadêmicos que procuravam novos paradigmas para explicar os movimentos sociais, incluindo Sidney Tarrow, que comentou meu primeiro artigo sobre movimentos sociais e tem sido um mentor e amigo ao da vida toda. Escrever meu doutorado em um programa internacional no Instituto Universitário Europeu deu-me não apenas competências linguísticas, mas também, e sobretudo, o gosto por outras culturas. Os mentores de lá, de Philippe Schmitter a Alessandro Pizzorno, cultivaram minha curiosidade que me levou para além das fronteiras disciplinares. Depois do meu PhD, o nepotismo acadêmico da academia italiana me empurrou para experiências emocionantes no exterior, transformando uma experiência negativa da migração em um muito positivo “cosmopolitismo profundamente enraizado”. Contingências muito felizes também me deram a oportunidade de desenvolver colaborações com jovens acadêmicos, e construir redes e centros de pesquisa, incluindo a fundação do Centro de Estudos de Movimento Social (Cosmos), agora localizado na Scuola Normale Superiore em Florença, Itália.

Apesar de explorar outros temas em minha pesquisa e ensino, permaneci mais ligada ao estudos de movimentos sociais, por várias razões - cognitiva, afetiva e relacional. Primeiro de tudo, achei que a maioria dos pesquisadores que abordavam esse agradável tema eram seres humanos muitas vezes movidos por um interesse sincero em melhorar o mundo. Suas experiências de compromisso social



e político têm sido muitas vezes criticadas por acadêmicos que abordam temas mais tradicionais, mas o que eu descobri contudo era que eles se provavam mais frutíferos para o desenvolvimento do subcampo, bem como promoviam a melhoria do clima afetivo entre os acadêmicos no campo. Além disso, as circunstâncias políticas também ditavam constante inovação teórica: um campo em que a política não convencional tinha sido considerada marginal ou patológica era profundamente desafiada por novas ondas de protesto - protestos que levaram à crescente aceitação social e acadêmica de "outra política" fora do terreno parlamentar normal.

Essa definição mais ampla de política também explica por que os estudos de movimentos sociais tendem a envolver uma propensão para a fertilização teórica. Emergentes através de uma ponte de diferentes abordagens disciplinares - do interacionismo simbólico à sociologia organizacional, da teoria sociológica à ciência política - os estudiosos de movimentos sociais construíram um conjunto de ferramentas de conceitos e hipóteses através da combinação de insumos de diferentes áreas do conhecimento. Essa tendência ampliada ao longo do tempo, da sociologia à ciência política, estendendo-se para incluir a geografia, a história, a antropologia, a teoria normativa, o direito e (até mesmo) a economia, uma vez que cada nova explosão de confronto político trazia novas gerações de conhecimento sobre movimento social.

O que eu também valorizei (e espero ter contribuído para) é uma atitude positiva em relação à pesquisa empírica. Teoricamente ecléticos, os estudos de movimentos sociais também têm sido pluralistas do ponto de vista metodológico. A pesquisa sobre movimentos sociais tem usado métodos muito diferentes, unindo metodologias qualitativas e quantitativas. Embora tenha havido críticas e auto-críticas relacionadas ao planejamento e à implementação de métodos específicos (de estudos de caso à "análise de eventos" quantitativa), nenhuma guerra metodológica entrou em erupção e o pluralismo metodológico tem dominado o campo. Apesar de, em muitos subcampos das ciências sociais, ser comum uma narrativa que coloca positivistas contra perspectivas interpretativas no nível epistemológico, ou debates que contrastam suposições ontológicas sobre a existência de um mundo real, os estudiosos de movimentos sociais tendem a visões mais matizadas. Até mesmo pesquisadores que se inclinam para hipóteses mais neopositivistas têm reconhecido a importância da construção de conceitos, enquanto os construtivistas não abandonaram a busca do conhecimento intersubjetivo. A maioria das pesquisas de movimento social combina atenção às estruturas e às percepções (por exemplo, oportunidades políticas e o enquadramento das mesmas), considerando-as intimamente ligadas. Da mesma forma, a maioria dos pesquisadores combina algum ceticismo sobre as leis gerais com o desejo de ir além de estudos de caso ateóricos.

Essa visão inclusiva tem estimulado a inter-fertilização e uma certa capacidade para a construção de conhecimento

comum. As abordagens indutivas e dedutivas foram combinadas nesse processo, assim como as metodologias qualitativas e quantitativas. As estratégias de método misto, com uma triangulação de diferentes metodologias, têm sido amplamente praticadas. De fato, os estudos de movimentos sociais têm sido pragmáticos sobre o uso das várias técnicas disponíveis para a coleta e a análise de dados. E, embora alguns estudiosos de movimentos sociais pareçam acreditar que a ciência social é tampouco neutra, ou que deveria ser submetida a objetivos políticos, o grau de compromisso político promovido no trabalho científico varia ao longo de um contínuo, provocando debates normativos e éticos interessantes.

Há várias explicações para esse pluralismo teórico inovador. Claro que, dada a falta de bases de dados confiáveis do tipo que podem ser encontradas, por exemplo, em estudos de eleições ou estratificação social, os estudiosos de movimentos sociais usam várias técnicas para coletar dados. As pesquisas existentes de toda uma população são de pouca ajuda para a pesquisa de minorias ativas, enquanto as organizações do movimento social raramente mantêm arquivos, ou até mesmo listas de participantes. Importar e adaptar os métodos de coleta de dados e análise de dados de outros campos, bem como inventar novos, tem ajudado a fortalecer a análise empírica. Também tem havido uma pressão normativa para criar conhecimento que é orientado não só no sentido de teorização científica, mas também para a intervenção social; co-pesquisas planejadas em conjunto com o objeto do estudo também têm demandado novas reflexões metodológicas.

Não obstante essas tendências positivas, os estudos de movimentos sociais estão permanentemente em risco de se tornarem vítimas de seu próprio sucesso. Especialmente porque embora tenham crescido tremendamente nas últimas décadas, mantiveram um foco no hemisfério norte, muitas vezes encontrando dificuldades para manter a ligação com pesquisas sobre as políticas controversas no sul global. A tendência geral para a internacionalização das ciências sociais tem alguns aspectos muito positivos - especialmente quando a internacionalização é entendida em termos de experiências em diferentes países, instituições acadêmicas ou culturas. A internacionalização pode tornarnos conscientes de diferentes abordagens, métodos, estilos, práticas, colocando a própria experiência nacional em perspectiva comparativa; ela apoia um olhar crítico e um pluralismo intelectual. No entanto, a internacionalização pelo apego a uma tradição específica (ou evolução dessa tradição) pode ser mais problemática. Tendo tido a grande sorte de ter supervisionado e orientado pesquisas sobre movimentos sociais de doutorandos e pós-doutorandos de 35 países diferentes, aprendi com eles o quanto nós ganhamos em ir além das tradicionais abordagens anglo-saxãs e outras ortodoxias. Minha fé nesse estímulo contínuo vindo de gerações mais jovens me deixa otimista sobre a capacidade de auto-reflexividade nos estudos de movimentos sociais. ■

Contato com Donatella della Porta <donatella.dellaporta@sns.it>

> A sociologia no mundo árabe

uma entrevista com Sari Hanafi



| Sari Hanafi.

Sari Hanafi é atualmente Professor de Sociologia e Diretor do Departamento de Sociologia, Antropologia e Estudos de Mídia na Universidade Americana de Beirute. Ele também é o editor de *Idafat: the Arab Journal of Sociology* [a Revista Árabe de Sociologia] (escrita em árabe), e Vice-Presidente tanto da Associação Internacional de Sociologia quanto do Conselho Árabe de Ciências Sociais. Seus interesses de pesquisa incluem a sociologia da migração, a política de investigação científica, bem como a sociedade civil, a formação de elite, e a justiça de transição para ações reparadoras de abusos de direitos humanos. Seu livro mais recente, *Knowledge Production in the Arab World: The Impossible Promise* [Produção de conhecimento no mundo árabe: a promessa impossível] foi escrito com R. Arvanitis e publicado em árabe e em inglês. Poucos têm contribuído mais para o desenvolvimento da sociologia do mundo árabe; poucos têm feito maiores progressos na mediação entre a sociologia árabe e a ocidental quanto Sari Hanafi. Ele é entrevistado por Mohammed El Idrissi, Professor de Sociologia em El Jadida, no Marrocos.

MEI: *Você cresceu no campo de refugiados palestinos de Yarmouk, em Damasco, e originalmente matriculou-se em Engenharia Civil antes de entrar na Sociologia. A sua origem social afetou sua decisão de fazer essa mudança?*

SH: Sim, de fato! Naquela época, no início dos anos 1980, eu era muito politizado, queria mudar o mundo! Claro, agora eu mal o compreendo. Na época, duas questões me preocupavam: a Palestina colonizada e o autoritarismo na Síria; essas questões me levaram à Sociologia. Fui marcado por minha primeira prisão após uma manifestação no Dia da Terra no campo de refugiados de Yarmouk, em Damasco, onde eu cresci. Um oficial da inteligência me disse então: “*Todo o seu*

grupo encheria menos que um ônibus; você pode ser facilmente levado à prisão! Os estados autoritários árabes sempre subestimaram a importância das tais “pessoas do ônibus” - quer definidas como intelectuais dissidentes ou, mais geralmente, como uma classe média esclarecida - em manifestações agitadas. Refugiei-me na análise da microfísica do poder e da biopolítica de Foucault. Fui para a França para ir atrás do seu pensamento. Eu queria uma análise científica das elites do Estado, mas, ao mesmo tempo, a minha própria militância me ajudou a entender a sociologia não apenas como uma iniciativa profissional e crítica, na tipologia de Burawoy, mas também como um engajamento público e defesa de políticas.

MEI: Quais têm sido os desafios para combinar a sociologia profissional e a sociologia pública?

SH: No mundo árabe, isso não tem sido fácil. A sociologia, como todas as outras ciências sociais, é melhor entendida não como uma arte marcial, para desarmar as pessoas do senso comum e das ideologias, como Pierre Bourdieu propõe, mas como uma ferramenta do Estado em seus projetos de modernização. Duas forças buscam deslegitimar as ciências sociais: a elite política autoritária e alguns grupos ideológicos, em particular, certas autoridades religiosas. Ambos enfatizam as origens problemáticas das ciências sociais (sua emergência durante a era colonial) e seu financiamento estrangeiro. Hoje em dia, acredito que o problema não é apenas com os grupos religiosos, mas também com o que chamo de esquerda árabe “não-liberal”. Ambos são tão arrogantes que tendem a ignorar as mudanças em curso e resistir a valores universais como a democracia. Claro, as revoltas árabes revelaram alguns desenvolvimentos cognitivos positivos, mas a ciência social não teve muito impacto na promoção da mudança e da racionalização do debate - exceto na Tunísia, um caso excepcional em que os acadêmicos têm desempenhado um papel importante na promoção do diálogo na sociedade e colaborado com a sociedade civil. O Prêmio Nobel de 2015 atribuído ao Quarteto de Diálogo Nacional foi uma vitória simbólica significativa.

MEI: Os sociólogos contribuíram para os desenvolvimentos cognitivos positivos na era pós-revoltas árabes?

SH: A maioria dos estudos pós-coloniais na região tem sido simplista, incapaz de compreender as mudanças no mundo árabe. Muitas revoltas árabes até agora falharam, e não simplesmente por causa do imperialismo e da dominação pós-colonial, mas por causa do prolongado autoritarismo profundamente enraizado e, por causa da falta de confiança por parte das pessoas que estão em um processo de aprendizagem de valores tais como pluralismo, democracia, liberdade e justiça social. O mundo árabe precisa de ferramentas sociológicas para compreender os movimentos sociais juntamente com a direção descrita por Asef Bayat, isto é, para a apropriação silenciosa, prolongada, mas sutil das pessoas comuns sobre a propriedade e o poder a fim de

sobreviver e melhorar suas vidas.

Na minha opinião, a sociologia pública sempre procurou provocar discussões sobre a capacidade dos atores sociais de transformar sua sociedade. Como sociólogo, o meu papel é mostrar que não há nenhum mal puro ou bem puro. A sociologia, com sua imaginação sociológica e foco na ação de atores, lembra-nos da natureza complexa dos fenômenos sociais. Em outras palavras, a sociologia lembra o público de pensar na luta das pessoas, além das explicações recorrentes dos conflitos como geopolítica (os Estados x e y estão fornecendo a “oposição” com meios de guerra) e além de conflitos entre grupos étnicos (que, infelizmente, é a forma como muitos estudiosos, mídia e leigos entendem o conflito em países como a Síria ou Bahrein). A sociologia também nos lembra de analisar as alianças em termos de interesses convergentes, não em termos de campos (campo de resistência vs. campo do imperialismo, etc.); que não é apenas o Estado Islâmico (ISIS), que utiliza *takfir* (acusações de apostasia) para gerar *homo sacer* (um ser humano que pode ser morto sem ser julgado e sem o devido processo), mas também aqueles que lançam barris de bombas em civis. A sociologia nos lembra que a juventude não se juntou ao ISIS simplesmente porque eles leram certos livros ou seguiram certas formas de interpretar o Alcorão, mas porque eles têm vivido em um contexto de exclusão política e social.

MEI: E que papel a sociologia pública realmente desempenhou no mundo árabe?

SH: O mundo árabe ainda tem que reconhecer o importante papel das ciências sociais na racionalização do debate social e no fornecimento de soluções para os problemas enfrentados pela nossa modernidade. Na região árabe, raramente ouvimos sobre um “relatório” escrito por cientistas sociais a pedido das autoridades públicas e, então, debatido na esfera pública. Mesmo quando o ditador tunisiano Zein Al-Dine Ben Ali usou a ciência como uma arma ideológica na sua luta implacável contra os islamitas tunisianos durante a década de 1990, ele não se referiu às ciências sociais, mas às ciências exatas. Os encontros científicos são tratados como quaisquer outras reuniões públicas, e mantidos sob vigilância policial. Ao mesmo tempo, os sociólogos não se têm ajudado: eles não conseguiram constituir uma comunidade científica que pudesse desenvolver uma voz influente ou proteger aqueles que são críticos ao poder.

MEI: Esse é um ponto muito importante: por que a comunidade científica é tão fraca na região?

SH: Você precisa de dois processos para fortalecer uma comunidade científica: a profissão deve ter um status, mas esse status também deve ser institucionalizado por meio de associações nacionais. Faltam ambos no mundo árabe. Existem apenas três associações sociológicas ativas (Líbano, Tunísia, Marrocos) e, curiosamente, há muito menos repressão estatal nesses três países do que em outros países

árabes. Recentemente, o Conselho Árabe para a Ciência Social recém-criado tem discutido como essa organização pode favorecer o aparecimento de tais associações.

Como eu disse anteriormente, a comunidade científica deve ser organizada para enfrentar não apenas os Estados repressivos, mas também as forças que buscam deslegitimar a ciência social. As autoridades religiosas muitas vezes se sentem ameaçadas pelos cientistas sociais como dois grupos competindo no discurso público. Uma vez, eu assisti a um debate televisivo tenso envolvendo um líder religioso e uma ativista: o falecido Sheikh Mohamed Said Ramadan al-Bouti (que argumentou que o Islã é contra qualquer forma de planejamento familiar) e uma ativista anti-clerical da União Geral das Mulheres da Síria, uma organização patrocinada pelo estado. Apesar do planejamento familiar recair dentro do domínio da sociologia e da demografia, nenhum cientista social nunca foi trazido para esses debates públicos. Outro exemplo vem do Qatar. As autoridades do Qatar se protegem dos comissários políticos e religiosos conservadores, pedindo filiações de universidades estrangeiras para ensinar o mesmo currículo ensinado em suas sedes. No entanto, quem protege os professores dessas universidades pára-quedas? Em uma entrevista recente, o presidente da Universidade Carnegie Mellon do Qatar, a fim de “se proteger”, insistiu que as autoridades do Qatar são responsáveis pelo currículo da universidade. Então, todo mundo tenta antecipar o debate, em um contexto problemático no qual a liberdade de expressão é muito limitada. O desenvolvimento de uma “esfera para a ciência” poderia tornar-se um espaço extra-territorial de exceção,

no sentido de que as leis locais não se aplicariam necessariamente, concedendo a liberdade para criticar a sociedade do entorno, mas correndo o risco de estar desligada das necessidades da sociedade.

MEI: Como Vice-Presidente da Associação Internacional de Sociologia (ISA), como você pode promover a institucionalização da comunidade sociológica?

SH: A ISA pode desempenhar um papel importante nesse sentido. Em 2014, no Congresso Mundial de Yokohama, fui eleito para servir todas as associações nacionais por quatro anos. Eu me comprometi com cinco prioridades: em primeiro lugar, gostaria de encorajar uma maior colaboração Norte-Sul no nível de indivíduos, instituições e comunidades sociológicas coletivas. Em segundo lugar, espero encorajar os sociólogos de todo o mundo, mas particularmente da América do Sul, África e Oriente Médio, a se juntarem à Associação, pois o número de membros da ISA nessas regiões ainda é relativamente pequeno. Em terceiro lugar, vou tentar levantar fundos para subsidiar a participação de sociólogos dos países mais pobres (categorias B e C) em conferências da ISA. Em quarto lugar, vou encorajar as associações nacionais da América do Sul, África e Oriente Médio, bem como da Europa a tornarem-se membros coletivos da ISA. Finalmente, quero que a ISA participe de forma mais eficaz no apoio às comunidades científicas nacionais, financiando mais visitas às suas associações e incentivando as redes regionais. Assim, a minha tarefa à frente é colossal. ■

Contato com Sari Hanafi <sh41@aub.edu.lb>
e Mohammed El Idrissi <mohamed-20x@hotmail.com>

> A biopolítica da crise libanesa do lixo

Por **Nisrine Chaer**, Universidade de Utrecht, Holanda



| Lixo empilhado em Beirute.

Em agosto de 2015, protestos no Líbano, em resposta a uma crise do lixo, transformaram-se em um movimento popular anticorrupção. A crise da gestão de resíduos criou uma lente para a biopolítica no Líbano, pois revelaram as formas a partir das quais o Estado e os partidos sectários do Líbano refletem e reforçam padrões de classe e a violência que tem como base a cidadania.

A crise do lixo de Beirute começou em julho de 2015, assim que os resíduos começaram a se acumular nas ruas da cidade. O governo havia terminado um contrato de longo prazo com a empresa que antes recolhia os lixos da cidade, Sukleen – uma relação considerada típica dos padrões de privatização em voga no Líbano, em que

contratos com o governo foram sendo moldados mediante alianças com a elite política, corrupção e roubo. A campanha “Você Fede”, composta por membros da classe média da sociedade civil e ativistas das mídias sociais, alcançou um público mais amplo, incluindo organizações da sociedade civil, grupos de estudantes, pessoas de esquerda, anti-sectaristas e coletivos feministas, mobilizando, ainda, outros manifestantes ao pautar questões mais amplas: a corrupção, o nepotismo, a falta de espaços públicos, a abolição do regime sectário e a aplicação da responsabilização legal da polícia por práticas violentas.

Mais de 70.000 pessoas participaram de um protesto chave em 29 de agosto. Porém, a virada ocorreu uma semana antes, quando os organizadores do

“Você Fede” se distanciaram dos manifestantes nas ruas. Os protestos tomaram um rumo mais violento, e muitos foram acusados de serem *Moundassin* – uma palavra árabe para bandidos ou infiltrados – e de sabotarem o protesto não-violento. O “Você Fede” até mesmo apelou para as autoridades no sentido de reprimir os “infiltrados” e “limpar as ruas” dos manifestantes violentos, alegando que esses jovens que protestavam eram “bandidos” do partido político Amal. Nos dias seguintes, muitos manifestantes (principalmente os de esquerda) desafiaram o movimento “Você Fede” com *slogans* como “Eu sou um *Moundass*” (“Eu sou um infiltrado”) e denunciaram a condescendência depreciativa inerente ao termo *Moundass* – solicitando, assim, que os líderes do “Você Fede” pedissem de desculpas.

Mas o incidente revelou uma profunda divisão. No uso de *Moudassin*, a mídia libanesa, os políticos e alguns ativistas reproduziram um discurso classista/racista, repudiando os manifestantes e enfatizando sua “aparência física diferente”. Um jornal libanês os chamou de “cães”, enquanto outros

>>



Entusiastas do protesto “Você fede” contra o governo libanês.

elites estão conectadas com a população que vive por intermédio de uma complexa rede de relações capitalistas reforçada pelo sectarismo político. A biopolítica no Líbano envolve um estado neoliberal e atores sectários que convertem a vida e os corpos das elites em categorias econômicas superiores, enquanto subjugam e controlam os corpos daqueles que não pertencem a essa elite.

A maioria dos aterros está localizada em áreas marginalizadas. Na verdade, o contrato com a Sukleen terminou assim que os moradores da região de Na’ameh bloquearam uma estrada em um grande aterro que suscitava sérios riscos à saúde e danos ecológicos para a área, desde a sua abertura, em 1998. Embora o governo tivesse prometido fechá-lo em 2004, ele ainda estava em uso em 2015. Aqueles que vivem perto do aterro estão expostos a riscos ambientais perigosos, a toxinas e substâncias cancerígenas, o que ilustra bem a relação entre classes e a crise do lixo; o governo e os partidos sectários, por sua vez, controlam os corpos das pessoas que vivem perto de aterros sanitários, expondo-os a uma morte lenta.

Os padrões de desumanização, a brutalidade policial e a violência ambiental resultante dos aterros exemplificam bem a arquitetura da ordem no Líbano, que tem sido governado pelos mesmos líderes corruptos por várias décadas. A crise do lixo e a acumulação de resíduos nas ruas não só tornou a corrupção das autoridades políticas mais visível, mas também revelou as dimensões de classe e de raça da violência que estão profundamente inscritas no Estado-nação sectarista e em suas políticas. ■

Contato com Nisrine Chaer
<nisrine.chaer@gmail.com>

os repudiaram como “homens com peitos nus” e “homens com máscaras”. Alguns meios de comunicação filiados a partidos políticos sunitas e cristãos afirmaram que os manifestantes vinham da classe trabalhadora de bairros xiitas, como Khanda’ El Ghamik, relacionando-os ao partido Hezbollah; outros, por sua vez, afirmaram, ainda, que os manifestantes eram refugiados sírios e palestinos.

A resposta aos manifestantes foi brutal: o esquadrão especial da polícia utilizou armas para destruir e deter os corpos que protestavam. Armada com o rótulo de *Moudassin*, a tecnologia da desumanização justificou o uso da violência contra os manifestantes das classes de baixa renda e de origem não-libanesa. Dentro do sistema biopolítico libanês, o chamado *Moudassin* – isto é, a classe trabalhadora e os indivíduos que não detêm o status de cidadãos – é criminalizado e deixado à morte, em contraste com as elites privilegiadas, cujos corpos são considerados dignos de vida e, portanto, autorizados a viver.

Os ativistas responderam organizando e praticando maneiras informais de cuidado, de modo a proteger os participantes da violência policial. Após cada onda de detenções arbitrárias, manifestações pacíficas foram espontaneamente iniciadas na frente das prisões, e elas se repetiram e se trans-

formaram em práticas de resistência. Cartazes sarcásticos e bem-humorados criticaram a demonização e o uso do termo *Indiseis* (infiltração). Alguns tinham escrito “*Je suis Khanda*” (o nome da região de onde se diz que os *Moundassin* vêm), “*Nós somos Moundassin*”, “*#Indiseis*”, “*Esta é a revolução dos Indiseis*”, “*Venha a Indass para ver como eu sou gentil*”, enquanto outros ridicularizaram policiais disfarçados de “infiltrados” no meio da multidão.

Esse tipo de reivindicação dos *Moundassin* se espalharam. Quando o chefe da Associação de Comerciantes de Beirute afirmou que os manifestantes “comunistas” (“que a Rússia vomitou”) iriam destruir a economia e a face “civilizada” do país, os próprios manifestantes tomaram o centro de Beirute, em *Souk Abou Rakhousa*, “o mercado do *cheapo*”, criando um grande mercado de pulgas em um espaço chique ilegalmente privatizado, inacessível ao povo, bem no centro da cidade, atraindo milhares de pessoas que, coletivamente, parodiavam os comentários e se entretinham no espaço recém-recuperado.

Que *insights* sobre o sistema de classes libanês e a cidadania podemos vislumbrar a partir dos protestos sobre os resíduos da cidade? O sistema de regulação do Líbano permite que as elites políticas se beneficiem de licitações na gestão de resíduos; essas

> A normalização da violência extrema: o caso de Israel

Por **Lisa Hajjar**, Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, EUA



Fumaça e fogo de explosão causada por ataque israelense sobre a cidade de Gaza, julho de 2014.

Em 15 de fevereiro de 2016, Amitai Etzioni, sociólogo e professor da Universidade George Washington, publicou um artigo de opinião no jornal israelense *Ha'aretz*, intitulado “*Should Israel Consider Using Devastating Weapons Against Hezbollah Missiles?*” (Israel

deveria considerar o uso de armas devastadoras contra mísseis do *Hezbollah*?)¹. Citando, em primeiro lugar, uma autoridade israelense não identificada, que afirmou que o *Hezbollah* tem 100.000 mísseis que representam uma grande ameaça à segurança, Etzioni afirma que a maioria desses mísseis estão localizados em domicílios,



mencionando, para tanto, o chefe de gabinete de Israel. Enviar forças terrestres israelenses para destruir os mísseis, “provavelmente, resultaria em muitas baixas israelenses – bem como de civis libaneses”, sugere o sociólogo; outra opção que ele discute envolveria o uso de *Fuel-Air Explosives* (FAE) para “dispersar uma nuvem de aerossol de combustível passível de ser inflamada por um detonador, produzindo, assim, explosões em massa... [capazes de enfraquecer] todos os edifícios dentro de um alcance considerável”. Ele admite que, mesmo se as pessoas que vivem em áreas específicas forem avisadas, as baixas civis seriam inevitáveis. Portanto, argumenta, considerando que “Israel pode ser forçado a usar FAEs”, os especialistas estrangeiros sobre táticas militares e os intelectuais públicos, “que são conhecidos por não serem hostis a Israel”, deveriam moldar uma resposta ao impacto desses mísseis – na esperança, Etzioni escreve, de gerar “uma maior compreensão, se não uma aceitação simplesmente, sobre o uso dessas armas poderosas, caso contrário ninguém mais o fará”.

Os Estados têm o direito de se defender contra ameaças de segurança; contudo, o uso da força armada é regido pela Lei Humanitária Internacional (IHL) – que prevê, acima de tudo, obrigações na distinção entre combatentes e alvos militares, por um lado, e civis e objetos civis, por outro. Os estados podem usar a força proporcional em alvos militares, e o que for necessário também para atingir objetivos militares legítimos; mas, mesmo se fosse verdade que os mísseis do Hezbollah estariam localizados em domicílios civis, qualquer cenário envolvendo armas de destruição em massa, como os FAEs, violaria os princípios humanitários básicos de distinção e proporcionalidade.

Ao sugerir que os especialistas militares estrangeiros e os intelectuais públicos deveriam ajudar a normalizar, preventivamente, a violência extrema resultante da utilização de FAEs, Etzioni faz paralelo à abordagem de Israel no que tange ao direito internacional

humanitário. Ao contrário desses estados e dos grupos militantes que flagrantemente desrespeitam a IHL, Israel tem um longo histórico de envolvimento em reinterpretção estratégica da lei, que visa trazer sua própria violência “para dentro da norma”. Por exemplo, em 2000, Israel se tornou o primeiro estado a afirmar publicamente o direito de se envolver em execução extrajudicial como uma opção de política de segurança. Como Daniel Reisner, ex-chefe da Advocacia Geral Militar para Assuntos de Direito Internacional, explicou:

O que estamos vendo agora é uma revisão do direito internacional [...]. Se você fizer algo por tempo suficiente, o mundo vai aceitá-lo. O conjunto do direito internacional, agora, está baseado na noção de que um ato que é proibido hoje torna-se permitido se executado por países em número suficientes [...]. O direito internacional progride por meio de violações².

O cenário que Etzioni monta envolvendo o uso de FAEs baseia-se em alguns desenvolvimentos específicos dos recentes conflitos militarizados de Israel e, também, nas razões que o governo apresentou para justificar suas mudanças estratégicas em direção a uma violência não-discriminatória e destrutiva. Em setembro de 2000, no início da segunda intifada, que as autoridades descreveram como um “conflito armado com pouco de guerra”³, Israel afirmou que, em auto-defesa, tinha o direito de atacar o que chamou de uma “entidade inimiga” – isto é, as áreas da Cisjordânia e de Gaza, sob o controle semiautônomo da Autoridade Palestina. No final de março de 2002, em resposta a um atentado suicida mortal realizado por um agente do Hamas no Hotel Neta-nya, Israel lançou uma campanha militar maciça na Cisjordânia. A “Operação Escudo Defensivo” sinalizou uma nova estratégia – chamada de “cortando a grama”⁴ – concebida para infligir níveis de punição de violência e de destruição, com o objetivo tanto de debilitar as capacidades presentes como de

dissuadir a violência futura contra Israel. Em 9 de abril, durante a batalha de Jenin (a maior operação militar de Israel, desde a invasão de 1982 do Líbano), treze soldados israelenses, todos reservistas, foram mortos em uma emboscada – o que gerou uma intensa pressão política dentro de Israel para tomar o acampamento rapidamente, sem mais baixas. Consequentemente, em vez de enviar soldados para edifícios no sentido de capturar ou matar combatentes, alguns edifícios foram bombardeados previamente, e os palestinos foram forçados a agir como escudos humanos para preceder e proteger os soldados⁵. Naquele tempo, o uso de tropas terrestres foi considerado mais apropriadamente proporcional do que teria sido o bombardeio aéreo, considerando os objetivos militares. Mas as operações urbanas são taticamente difíceis e mais perigosas para as próprias forças do estado. O uso de escudos humanos foi, então, uma estratégia de força de proteção utilizada; no entanto, em uma decisão de 2005, a Alta Corte de Israel proibiu tal prática.

Juntos, esses fatores motivaram uma mudança estratégica em direção à maior violência projetada a partir do espaço aéreo ou à distância. Em 22 de julho de 2002, em uma operação direcionada para matar Salah Shehadeh, um líder do Hamas, um F-16 lançou uma bomba de uma tonelada em um bairro densamente povoado de Gaza, chamado Al-Daraj. A bomba aniquilou o prédio de apartamentos onde Shehadeh vivia e oito edifícios próximos, destruindo parcialmente outros nove. Além de Shehadeh e seu guarda, 14 palestinos, incluindo oito crianças, foram mortos e mais de 150 pessoas ficaram feridas. O clamor público sobre o tamanho da bomba e o objetivo de bombardear um bairro residencial levou o exército israelense a conduzir uma investigação interna, que concluiu que a ação militar estava justificada em mirar Shehadeh ali pois ele havia sido autor de uma violência terrorista – embora o relatório tenha admitido que houve “falhas na informação dis-

ponível”, ou seja, a presença de “civis inocentes” nas imediações do que tinha sido descrito como o “escond-erijo operacional” de Shehadeh⁶.

Essa retórica de “civis inocentes” em meio a “alvos legítimos” prefigurou a ressignificação feita por Israel de “civis inimigos” como escudos humanos de facto usados por grupos contra os quais Israel estava travando uma guerra, em um esforço de transferir a culpa para as vítimas civis das casualidades ocasionadas por ataques israelenses contra as organizações-alvo. De maneira semelhante, a preferência estratégica de Israel por ataques aéreos sobre operações tripuladas foi enquadrada como uma escolha “ética” em influente ensaio de 2005, de autoria de Asa Kasher, professor da Universidade de Tel Aviv e conselheiro do Exército de Israel, e o General Amos Yadlin. Eles escreveram:

UNormalmente, o dever de minimizar as baixas entre os combatentes durante o conflito é o último da lista de prioridades, ou está ao lado do último, se os terroristas estão excluídos da categoria de não-combatentes. Rejeitamos com firmeza tal concepção, porque é imoral. Um combatente é um cidadão de uniforme. Em Israel, muitas vezes, ele é um recruta ou um reservista [...]. O fato de que as pessoas envolvidas no terror [...] residem e atuam na vizinhança de pessoas não envolvidas no terror não é uma razão para pôr em perigo a vida do combatente na sua perseguição⁷.

Tal reinterpretação estratégica de priorizar a segurança das tropas israelenses sobre os civis do outro lado é contrária ao princípio da imunidade civil e, por isso, fabrica, a partir do todo, a “civilianization” (civilianização) dos combatentes que fazem guerra. Também contradiz fundamentalmente o fato de que o IHL não faz qualquer esforço para distinguir entre civis com base na identidade nacional. Grégoire Chamayou descreve isso como “o princípio da

imunidade para o combatente imperial”⁸, argumentando que “o projeto é nada mais do que a dinamitização da lei do conflito armado, uma vez que foi estabelecido na segunda metade do século XX: uma evisceração dos princípios do direito internacional em favor de um nacionalismo de auto-preservação”⁹.

Em 2005, Israel retirou unilateralmente suas tropas terrestres de Gaza e isolou a região. Após as eleições legislativas palestinas de 2006, que foram ganhas pelo Hamas, e após o conflito entre facções de 2007, que empurrou a Autoridade Palestina para fora de Gaza, o cerco à Faixa intensificou-se. Essa sequência de eventos reforçou as afirmações de Israel de que Gaza era uma entidade hostil controlada por terroristas e povoada por simpatizantes do terrorismo, com civis sendo utilizados pelo Hamas como escudos humanos¹⁰. Esse enquadramento oficial era comparável à retórica de Israel sobre as áreas controladas pelo Hezbollah no Líbano, após a retirada unilateral de Israel do Sul do Líbano, ocupado em 2000. As descrições de Gaza como território estrangeiro, hostil e atacável parecia implicar que Israel não poderia ser considerado responsável pela segurança de civis – mesmo durante os ataques israelenses. Como Neve Gordon e Nicola Perugini explicam: “O enquadramento post-hoc é crucial para esse processo [de legitimar o bombardeio que mata um grande número de civis], uma vez que permite que Israel reivindique que a violência foi utilizada de acordo com o direito internacional e é, como consequência disso, ética”¹¹.

Durante a invasão de Israel no Líbano em 2006, o exército empregou deliberadamente força desproporcional, sob uma estratégia denominada “doutrina Dahiya”, em referência à destruição total de um subúrbio massivamente xiita no sul de Beirute. Em 2008, o major-general Gadi Eizenkot, ex-chefe do Comando do Norte de Israel, declarou: “O que aconteceu em Dahiya, em 2006, vai acontecer em cada aldeia para a qual Israel disparar [...]. Vamos

aplicar força desproporcional sobre ela e causar grandes danos e destruição por lá. Do nosso ponto de vista, essas não são aldeias civis, mas bases militares [...]. Isto não é uma recomendação. Trata-se de um plano. E já foi aprovado”¹². A lógica estratégica foi depois melhor elaborada, em outubro de 2008, por Gabi Siboni, coronel aposentado e analista estratégico, nos seguintes termos:

O princípio [é que] um ataque desproporcional contra os pontos fracos do inimigo seja um esforço primário de guerra; as operações para desativar as capacidades de lançamento de mísseis do inimigo seriam, assim, um esforço de guerra secundário [...]. Tal resposta visa infligir dano e aplicar a punição de maneira que demandará processos de reconstrução longos e caros. O ataque deve ser realizado o mais rapidamente possível, e deve priorizar a danificação de ativos, mais do que procurar cada um dos lançadores [...]. Tal resposta irá criar uma memória duradoura [...], aumentando, assim, a dissuasão de Israel e reduzindo a probabilidade de hostilidades contra Israel por um período longo¹³.

De fato, dois meses depois que essa nova doutrina estratégica da força desproporcional foi revelada, Israel lançou a “Operação Chumbo Fundido” em Gaza. De acordo com o relatório de uma missão de inquérito internacional autorizada pela ONU, tanto os militares israelenses quanto os militantes palestinos cometeram crimes de guerra e possíveis crimes contra a humanidade. Segundo o relatório, Israel, em especial, alvejou o “povo de Gaza como um todo”, não fazendo distinção entre civis e combatentes; os ataques israelenses contra as infraestruturas civis foram deliberados, sistemáticos e parte de uma estratégia maior.

A guerra de 2014, em Gaza, foi de longe o episódio mais violento e destrutivo até o momento. A “Operação Pilar de Defesa” incluiu mais de 6.000 ataques aéreos e os disparos de

cerca de 50.000 projéteis de artilharia e tanques – um número estimado de 21 mil toneladas de explosivos. As armas incluíam drones, helicópteros Apaches que atiravam mísseis Hellfire e F-16 que transportavam bombas de 2.000 libras¹⁴. Os alvos incluíam um vasto conjunto de pontos de infraestrutura – como usinas de dessalinização, redes elétricas, hospitais, escolas e universidades, prédios de apartamentos e centros comerciais –, bem como toda a estrutura identificada com ou supostamente associada ao Hamas. Até o final da guerra, mais de 2.100 palestinos haviam sido mortos e mais de 11.000 foram feridos, sendo que a grande maioria deles eram civis. Famílias inteiras foram exterminadas e bairros inteiros arrasados¹⁵.

As interpretações do que é legal na guerra – especialmente neste século, quando a guerra mudou tão dramaticamente – são moldadas em parte pelas práticas dos estados, especialmente dos estados mais poderosos. O uso da extrema violência por parte de Israel e seu desrespeito deliberado pela imunidade civil de estrangeiros certamente vai motivar outros estados envolvidos em conflitos assimétricos a fazerem valer justificativas semelhantes. Na verdade, a proposta de Etzi-

oni de que os especialistas militares estrangeiros e os intelectuais públicos devam ser recrutados para justificar preventivamente o uso futuro das FAEs é um convite para legitimar a violência extrema. Esse cenário, inversamente, sugere o papel que pode ser desempenhado pelos cientistas sociais que estão bem informados sobre a relação entre a lei e a guerra e que estão empenhados em interpretações baseadas em consensos internacionais do IHL. Esse papel envolve, na verdade, esforços para implantar nossa experiência para manter a ilegitimidade da força desproporcional e das armas não-discriminatórias. ■

Contato com Lisa Hajjar
<lhajjar@soc.ucsb.edu>

¹ Na verdade, o título foi alterado duas vezes antes da decisão sobre sua última versão. Ver: Ben Norton, "Prominent American Professor Proposes that Israel 'Flatten Beirut' – a 1 million-person city it previously decimated," *Salon*, 18 de fevereiro, 2016.

² Yotam Feldman and Uri Blau, "Consent and Advise," *Haaretz*, 29 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.haaretz.com/consent-and-advise-1.269127>.

³ Ver: Asher Maoz, "War and Peace: An Israeli Perspective," *Constitutional Forum* 14 (2) (Winter 2005): 35-76.

⁴ Efraim Inbar and Eitan Shamir, "Mowing the Grass: Israel's Strategy for Protracted Intractable Conflict," *Journal of Strategic Studies* 37(1) (2014): 65-90.

⁵ Yael Stein, *Human Shields: Use of Palestinian Civilians as Human Shields in Violation of High Court of Justice Order* (Jerusalem: B'tselem, 2002).

⁶ Porta-voz do IDF, "Findings of the inquiry into the death of Salah Shehadeh," August 2, 2002, Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/mfa/government/communitiques/2002/findings+of+the+inquiry+into+the+death+of+salah+sh.htm>.

⁷ Kashar and Yadlin, "Assassination and Preventive Killing," *SAIS Review*, 25(1) (Inverno-Primavera de 2005): 50-51.

⁸ Grégoire Chamayou, *A Theory of the Drone*, trans. Janet Lloyd (New York: The New Press, 2015): 130.

⁹ *Ibid.*, p.134.

¹⁰ Ver: Neve Gordon and Nicola Perugini, "The Politics of Human Shielding: On the Resignification of Space and the Constitution of Civilians as Shields in Liberal Wars," *Society and Space*, 34(1) (2016): 168-187.

¹¹ *Ibid.*

¹² "Israel Warns Hizbullah War Would Invite Destruction," *Ynet*, 3 de outubro de 2008, <http://www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-3604893,00.html>.

¹³ Gabi Siboni, "Disproportionate Force: Israel's Concept of Response in Light of the Second Lebanon War," *INSS Insight*, 74 (2 de outubro de 2008). Disponível em: <http://www.inss.org.il/index.aspx?id=4538&articleid=1964>.

¹⁴ Rashid Khalidi, "The Dahiya Doctrine, Proportionality, and War Crimes," *Journal of Palestine Studies*, 44(1) (2014-15): 5.

¹⁵ See "50 Days of Death and Destruction: Israel's 'Operation Protective Edge,'" Institute for Middle East Understanding, September 10, 2014, <http://imeu.org/article/50-days-of-death-destruction-israels-operation-protective-edge>.

> Proteger civis:

resposta a Hajjar

Por **Amitai Etzioni**, Universidade George Washington, Washington DC, EUA

Lisa Hajjar disse que um artigo de opinião [op-ed] que eu escrevi seria uma campanha multifacetada para que Israel traga “sua violência para dentro da lei”. Em resposta, eu primeiro delineio aqui a motivação para a elaboração do artigo e, depois, falo – dentro do espaço que me foi dado – sobre o que vejo como o problema subjacente, e como ele pode ser enfrentado.

Eu perdi a maioria dos meus amigos e testemunhei uma quantidade grande de matança e sofrimento, de ambos os lados, judeu e árabe, durante a guerra de 1948-50. Essa experiência formativa (eu fiz 20 anos no meio da guerra) me deixou com um profundo sentimento de que todas as guerras – atendam elas ou não aos critérios de guerra justa – são trágicas, e que devemos percorrer um longo caminho para evitá-las. Dediquei dois livros a procurar maneiras de evitar a guerra nuclear (*The Hard Way to Peace* e *Winning without War*); protestei na praça Trafalgar contra armas nucleares; e quase perdi meu emprego na Universidade de Columbia por conta de meu ativismo. Eu me tornei, então, um dos primeiros ativistas contra a guerra do Vietnã (ambas as experiências são descritas em *My Brother's Keeper: A Memoir and a Message*). Eu me opus à invasão dos EUA no Iraque. Em *Security First*, argumentei, baseado em extensa pesquisa acadêmica, que um exame detalhado dos textos religiosos islâmicos revela que o Islã em si não legitima a violência. Mais recentemente, escrevi vários artigos de opinião e colunas advertindo que os EUA e a China estariam se deslocando em direção a uma guerra, e organizei intelectuais chineses e americanos em um grupo de apoio à Coibição Mutualmente Assegurada. Em suma, embora ninguém tenha de fato uma boa leitura sobre seu próprio trabalho, grande parte da minha vida, desde 1950, tem se dedicado a conter e delimitar a violência.

Infelizmente, eu tenho sido incapaz de encontrar maneiras mais concretas de contribuir para empurrar Israel e Pales-

tina para uma solução de dois estados, o que eu fortemente defendo. Juntamente com Shibley Telhami, um estudioso palestino, sugeri que avançar seria possível se parássemos de nos concentrar no passado, dando mais atenção no ponto em que podemos alcançar a partir daqui, em vez de perguntar de quem é a culpa da nossa atual condição trágica. (Assim que tivermos dois estados, nós escrevemos então, haveria tempo mais que suficiente para estabelecer uma Comissão da Verdade e Justiça para estudar o passado)¹. E eu apontei que o território contém um espaço suficiente para ambos os povos – em contraste com aqueles que argumentam que um lado precisa jogar o outro ou para o Mediterrâneo ou para a Jordânia². Admito que essas afirmações curtas representam muito pouco. Em nome de meus quatro netos e seus pais, eu gostaria de ter podido fazer muito mais.

Agora, quanto ao meu recente artigo de opinião, Hajjar acredita que o texto busca trazer a violência para dentro da lei. Longe disso, ele procura evitar derramamento de sangue. Eu tomo como algo factualmente incontestável que o Hezbollah acumulou cerca de 100.000 mísseis, e que isso indica que querem destruir Israel. O grupo nunca procurou esconder suas intenções ou poderes. O Hezbollah, certamente, não hesitou em lançar mísseis sobre Israel em 2006, apesar do fato de que – como até mesmo a ONU, dificilmente tendenciosa em favor de Israel, descobriu –, Israel cumpriu todas as suas obrigações internacionais em relação ao Líbano depois da retirada de suas forças de lá (onde Israel não tinha o direito de estar, antes de tudo). Além disso, acredito que há evidências de que a maioria dos mísseis do Hezbollah estão escondidos em casas particulares. Certamente, é totalmente legítimo perguntar o que deve ser feito se esse é o lugar onde eles estão posicionados.

Eu, portanto, solicitei em meu artigo que antes que esses mísseis sejam mais uma vez lançados devemos fazer a pergunta ética, legal e pragmática: como Israel deve responder a esse tipo de ataque? O objetivo não é legalizar a violência,



“O objetivo não é legalizar a violência, mas sim impedi-la”

mas sim impedi-la. Se as tropas israelenses tiverem que ir de casa em casa para destruir esses mísseis, salientei, haveria um grande número de baixas de ambos os lados – e, portanto, isso deve ser evitado. No passado, eu disse, os EUA marcaram como alvo populações civis em Tóquio e Dresden; Israel é apontado por ter feito o mesmo em 2006, em Beirute. Argumentei contra tal resposta³. Então, relatei que dois peritos militares norte-americanos sugeriram que explosivos convencionais de alta potência poderiam ser usados – depois que tivesse havido tempo para que a população civil evacuasse as áreas onde os mísseis estão concentrados. Eu reconheço que seja lá qual for a precaução tomada, tragicamente, haverá algum dano colateral – danos que são encontrados em todos os conflitos armados, seja lá quais forem os meios de guerra utilizados. Esse dano colateral é uma das principais razões para que todos os lados procurem evitar a guerra. Finalizei o texto com a sugestão de que os estrangeiros sem relação com o conflito devem ser convidados a participar das táticas de guerra, para ver se eles poderiam encontrar melhores caminhos para impedir o uso de mísseis por parte do Hezbollah, bem como sugerindo melhores respostas se os mísseis forem de fato lançados.

Não estou em posição de avaliar nem as sugestões de vários israelenses citados por Hajjar, nem os efeitos que tais declarações tiveram. Posso salientar, contudo, que esse não é um problema somente de Israel; tratá-lo como tal implicaria em conclusões equivocadas. É um problema que os

EUA e seus aliados enfrentam em todo o Oriente Médio (compreendido amplamente), uma região em que os terroristas violam regularmente a regra de distinção – a regra mais importante do conflito armado. Eles armazenam munição nas mesquitas; entregam coletes suicidas em ambulâncias; miram desde casas particulares; posicionam a artilharia nas escolas; e usam civis como escudos humanos.

Aqueles que procuram combater os terroristas são deixados com basicamente duas opções: ou sofrer um grande número de baixas e ser conduzido para fora da área, deixando que o ISIS brutalize a população; ou então atingir alvos civis e causar vítimas em massa. *Nenhuma das duas opções é aceitável.* Meu artigo instigou os leitores a considerarem como esse dilema trágico pode ser abordado – um exercício sobre o qual a extensa declaração de Hajjar silenciou. ■

Direct all correspondence to Amitai Etzioni <amitai.etzioni@gmail.com>

¹ Etzioni, A. e Telhami, S. "Mideast: Focus on the Possible." *The Christian Science Monitor*, 17 de junho de 2002

² Etzioni, A. "Israel and Palestine: There's Still Room at the Inn." *The National Interest*, 9 de Abril de 2014 <http://nationalinterest.org/commentary/israel-palestine-theres-still-room-the-inn-10212>.

³ Etzioni, A. "Should Israel Consider Using Devastating Weapons Against Hezbollah Missiles?" *Haaretz*, 15 de fevereiro de 2016 <http://www.haaretz.com/opinion/.premium-1.703486>

> Sobre ser humano em um mundo desumano: relembro Vladimir Yadov

Por **Dmitri N. Shalin**, Universidade de Nevada, Las Vegas, EUA



Vladimir Yadov em 2009, por ocasião de seu octogésimo aniversário.

Na década de 1960, o Laboratório de Pesquisa Social Concreta em Leningrado era um viveiro da ciência sociológica moderna, lutando para garantir um nicho na disciplina ideologicamente implacável conhecida como “materialismo histórico”. Candidatos a sociólogos venderam pesquisas empíricas para autoridades soviéticas na premissa de que as ferramentas da sociologia poderiam investigar o progresso em direção ao comunismo, permitindo aos observadores detectar e divulgar tendências consistentes com as previsões da filosofia marxista-leninista. Vladimir Yadov estava entre as estrelas mais brilhantes da disciplina, liderando o renascimento da sociologia russa, que tinha sido dizimada pela revolução bolchevique e expurgos de Stalin. O estudo pioneiro de Yadov *Homem e sua obra*, publicada em parceria com colegas, e sua monografia autoral sobre a *Metodologia e Métodos de Investigação Sociológica* projetaram-no para a vanguarda do campo acadêmico emergente.

Eu era um estudante do terceiro ano na Universidade Estadual de Leningrado quando, em 1968, meu mentor Igor Kon me levou para o laboratório de Yadov. Nos oito anos seguintes eu participei de seu seminário, primeiro como estudante e, em seguida, como aluno de Ph.D. e assistente de pesquisa. Verdadeiras estufas intelectuais, tais seminários surgiram em todo o país em grandes cidades, liderados por Yuri Levada, Igor Kon, Georgy Shchedrovitsky e outros pioneiros de investigação sociológica; seus pontos de vista lib-

erais, a familiaridade com a literatura estrangeira, e a política de portas abertas atraíram intelectuais em gestação e deixaram uma impressão indelével em uma geração de jovens cientistas sociais.

Yadov se destacou entre seus colegas pelo seu altruísmo inconsciente e por sua indiferença aos privilégios das hierarquias. Sua disposição de olhar para além dos dogmas oficiais era animadora; não fazia diferença se ele estava falando com um estudante do terceiro ano ou um estudioso já estabelecido. Lembro-me dele explicando algumas nuances da teoria da personalidade para mim enquanto seus colegas de escritório esperavam pacientemente por uma chance de conversar com ele. O que importava era a contribuição para a causa comum, que na época englobava o estudo da orientação de valores e atitudes em relação ao trabalho entre os trabalhadores soviéticos e engenheiros. Essas atitudes nem sempre estavam de acordo com as previsões teóricas: trabalhadores evidenciavam pouco entusiasmo a exortações do partido para trabalhar desinteressadamente para um futuro brilhante — mas tinham muito interesse nas recompensas materiais de seus empregos. Até o final dos anos sessenta, o espírito de sociologia empírica começou a irritar ideólogos do Partido Comunista, e depois de a União Soviética invadir a Tchecoslováquia em uma tentativa de extinguir a Primavera de Praga, a sociologia Soviética e suas aspirações liberais se viram em tempos difíceis. Yadov trabalhava para salvar sua equipe e seu setor de pesquisa, então parte da Academia de Ciências da Rússia. Mas ele acabou sendo removido e seu grupo se desfez. Em todos os momentos, apesar de sofrer pressão, Yadov portou-se com dignidade, recusando-se a denunciar seus colegas ou abandonar seu humanismo em condições desumanas¹.

Em 1975 eu emigrei da Rússia e me estabeleci nos Estados Unidos. Meus contatos com Yadov não foram restaurados até 1987, quando Mikhail Gorbachev embarcou em uma campanha de reforma. Foram dias inebriantes para cientistas sociais russos, que se esforçavam para recuperar o tempo perdido². Logo, Gorbachev anunciou a



glasnost e a *perestroika*, e sociólogos previamente expurgados foram trazidos de volta para liderar organizações de pesquisa recém-formadas, como os Institutos de Sociologia e do Centro Nacional de Estudos de Opinião Pública. Yadov, que nessa época havia se mudado para Moscou, rapidamente se tornou um líder reconhecido³, e seus colegas o elegeram presidente da Associação Sociológica Russa e diretor do Instituto de Sociologia da Academia de Ciências. Em reconhecimento das suas contribuições para a sociologia do trabalho, Yadov foi escolhido para servir como vice-presidente da Associação Internacional de Sociologia (ISA).

O Código de Ética Profissional adotado em 1988 pelos estudiosos reformistas afirmava que o direito à liberdade de investigação e debate irrestrito, eram vitais para a ciência social. Instando sociólogos para cultivar a “tolerância e o respeito” para com os adversários, mostraria a “coragem da convicção”, evitaria “etiquetas ideológicas” e apelos a “autoridades” em resolver disputas científicas. O código também encorajou os sociólogos a refletir sobre seu passado, desencadeando um período de exame de consciência entre os intelectuais russos⁴.

Na *perestroika* espiritual que se seguiu, alguns afirmaram ter sido sempre dissidentes reprimidos, muitos apressaram-se em renunciar ao passado soviético e, mais conspicuamente abandonaram os cartões do partido comunista. Vladimir Yadov não! Enquanto ele sofreu terrivelmente durante as campanhas soviéticas contra intelectuais liberais, ele não se juntou à debandada. Yadov guardou seu cartão do partido e ao final continuou comprometido com os ideais do Euro-comunismo defendidos por Palmiro Togliatti, e à social-democracia, que ele considerava o sistema político e econômico mais humano. Ele insistiu que seus colegas tomassem os problemas da sociedade como se fossem seus, estabelecendo um exemplo pessoal de como aproveitar o conhecimento para a reforma social. “Não vamos cumprir o nosso dever, como sociólogos, se nos limitarmos a escrever livros. Precisamos fazer o nosso melhor para influenciar a permutação de planetas sociais”, escreveu Yadov. “O combate à corrupção, a criação de tribunais independentes, estabelecendo um sistema fiscal progressivo, e mais – é isso que a situação e as pessoas demandam”.

As rodas da história giraram mais uma vez quando Vladimir Putin subiu ao poder. Ele demorou para revelar sua agenda, mas há alguns anos em seu primeiro mandato como presidente da Rússia, ficou claro que Putin tinha pouca consideração com a sociedade civil e suas instituições. Os sociólogos que se instalaram confortavelmente em rotinas pós-soviéticas descobriram que não era mais seguro para criticar o governo. Aqueles que se envolveram em protestos públicos e insistiram no exercício dos seus direitos constitucionais enfrentaram represálias.

Em 2010, os intelectuais ultra-nacionalistas estabeleceram

uma associação sociológica rival, desafiando a organização liderada por Yadov e seus colegas⁵. Após Yadov enfrentar Gennady Osipov, um proponente fervoroso do nacionalismo russo e um idealizador da associação profissional rival, Yadov foi forçado a se defender em tribunal contra a acusação de difamar seus oponentes como proto-fascistas. Prejudicado por políticas reacionárias, velhice e doença, Yadov se sentia cada vez mais marginalizado.

Em 2009, por ocasião do seu 80º aniversário, estudantes e amigos publicaram uma carta testemunhando a contribuição de peso de Yadov à sociologia russa. Volodia, como seus amigos o chamavam, não tinha perdido seu otimismo sobre as perspectivas de longo prazo do país. Ele continuou a tomar parte em debates e mostrar grande interesse na sua pesquisa e na de seus colegas mais jovens. Mas seu bom humor diminuiu, por amargurar a cessão de direitos civis e o surgimento de uma força nacionalista virulenta na sociologia russa.

Meu contato com Yadov se intensificou em 2006, quando eu e meu colega Boris Doktorov começamos o projeto “Iniciativa Biografia Internacional” — uma iniciativa online para documentar o renascimento da sociologia após a Segunda Guerra Mundial. Com a ajuda de acadêmicos simpáticos ao projeto, coletamos entrevistas com sociólogos russos, realizamos fóruns online, e promovemos métodos biográficos em pesquisa social⁶. Yadov teve um grande interesse no projeto. Ele escreveu memórias, sentou-se para dar entrevistas, forneceu documentos raros pertencentes aos anos de formação da sociologia Soviética, a sua evolução após o falecimento de Khrushchev Thaw e a sua transformação sob a *perestroika*.

Vladimir Yadov morreu em 2 de julho de 2015. Alguns anos antes de sua morte, ele e eu começamos um intenso diálogo online sobre o destino da sociologia russa e a situação do país. Combinamos de nos desafiar um ao outro ao máximo ao discutir os compromissos que acadêmicos fomos obrigados a fazer para sobreviver sob o regime soviético, os dilemas éticos enfrentados pelos intelectuais que optaram por emigrar, o custo moral de ficar em um país devastado pela repressão, a transformação da sociologia soviética após a revolução Gorbachev, a evisceração da liberdade de expressão sob Putin, as perspectivas de declínio para a reforma política, e para o futuro da sociologia pública em um país onde a realização de pesquisas de oposição e falar a verdade ao poder poderia custar aos intelectuais sua subsistência, liberdade, ou mesmo vidas.

Com franqueza comovente, em nossas conversas Volodia recorda o seu espanto sobre um parente que enfrentou expurgos na campanha de terror de 1937, a sua inquietação sobre suas raízes judaicas e do desejo de esconder sua identidade étnica em um país crivado de anti-semitismo. Ele confessa que alguns compromissos passados hoje o constroem: ele agiu “covardemente quando não conseguiu

viajar para Moscou e defender [Yuri] Levada na sessão coercitiva [ideológica]"; ele "permaneceu em silêncio" em algumas reuniões de partido em que colegas enfrentaram cerimônias rituais de degradação.

Volodia fala sobre as qualidades que o ajudaram a montar uma equipe de estudiosos comprometidos: "*Sou irritado por temperamento, extrovertido com caráter explosivo, alguém que tem dificuldade em proteger informações confidenciais*". Mas essas mesmas qualidades, ele continua a dizer, "*facilitaram comunicações amigáveis*" e "*ajudaram a construir uma equipe de pesquisa onde a regalia importava pouco e a contribuição para a causa comum era primordial*".

"Na verdade, Jesus foi... o primeiro socialista!" Yadov afirmou, quando desafiado a definir a sua crença política. "*Eu era e continuarei a ser um defensor do socialismo*", ele me disse com orgulho. "*Eu estou convencido de que os arranjos sociais são justos apenas quando representantes democraticamente eleitos se esforçam para diminuir as desigualdades de renda gritantes entre os estratos sociais*".

Ruminando sobre colegas que optaram por emigrar, Yadov explica, "*eu os entendi completamente. Ao mesmo tempo, senti que eles foram expulsos por diferentes motivos*". De forma fascinante, ele explica como no auge da perestroika, enquanto diretor do Instituto de Sociologia, ele foi selecionar jovens estudantes para o programa de estudo no exterior, esperando ansiosamente para ver "*aqueles que retornariam ou não — o British Council estipulava que todos deveriam voltar*".

Yadov se arrepiava diante de seus colegas que abraçavam um credo ultrapatriótico e desejavam a restauração do império soviético. "*Na era soviética, Osipov, Dobrenkov, Zhukov pertenciam à nomenklatura e conservam esse estatuto ainda hoje. Acima de tudo eles valorizam os sinais de favor do czar: [...] Pelo tempo que eu conheci Osipov, ele era um homem desprovido de princípios que dizia mentiras na sua cara, prodigiosamente planejava e criava intriga contra rivais*". Ele oferece observações francas sobre os estudiosos servis e os administradores que se prenderam aos seus hábitos insidiosos através de todas as mudanças. Um dia as histórias sobre façanhas e traições, recontadas por Yadov nesses diálogos, levantarão as sobranças dos profissionais da sociologia em sua terra natal – assim como o seu julgamento a respeito do regime político de hoje e seus executores.

A medida plena de alienação de Yadov do atual estado das coisas é evidente em uma carta que ele me escreveu em 25 de junho de 2011: "Sobre Putin eu não sinto nada, exceto repugnância. Homem cruel e cínico que anseia por poder e sente desprezo por seu povo, ele anseia por riqueza e luxo. O que ele disse quando perguntado sobre políticos liberais? Ele disse: 'Tudo que eles querem é poder e dinheiro'! No entanto, sua riqueza pessoal é assegurada pelo

seu controle sobre o oleoduto. Sem dúvidas, esse homem pode chantagear cada pessoa em sua comitiva, incluindo [o Presidente Dmitri] Medvedev. Você pode imaginar quanto desprezo merecido vai ser derramado sobre esse homem dentro de 30 anos".

Com o tempo, meus diálogos com Yadov encontrarão o seu caminho para a Rússia e revelarão a grave preocupação que Volodia sentiu em seus últimos anos sobre a causa por que lutou por toda sua vida⁷.

Se você optar por ficar à margem da história, prepare-se para lutar as batalhas contra a sua vontade, ou aliste-se voluntariamente, e você enfrentará dilemas morais e incorrerá em custos materiais⁸. No final de seus dias, Yadov se considerava "um homem de muita sorte", dizendo a meu associado Boris Doktorov, que ele tinha levado "uma vida extraordinariamente feliz". Algumas das razões fundamentais para isso, creio eu, foram as batalhas que ele escolheu e as brigas que ele evitou. Vladimir Yadov exemplifica um ser emocionalmente inteligente no mundo: ele conseguiu manter suas emoções inteligentes e a sua inteligência emocional sã. Ele fez acordos e cometeu erros, ele viu seus sonhos virarem realidade e serem esmagados novamente, mas ele não desistiu da esperança, e foi um soladado quando a resistência parecia inútil.

Hoje lembramos Vladimir Yadov, um homem de humildade e coragem. Nós celebramos a vida de um intelectual público que ajudou a história prontamente, alterou a trajetória de diversas instituições e deixou memórias duradouras. O mundo é um lugar melhor porque pessoas como Yadov são encontradas em nosso meio. ■

Contato com Dmitri Shalin <shalin@unlv.nevada.edu>

¹ Ver Shalin, D. (1978) "[The Development of Soviet Sociology, 1956-1976](#)." *Annual Review of Sociology* 4: 171-91; (1979) "[Between the Ethos of Science and the Ethos of Ideology](#)." *Sociological Focus* 12(4): 175-93; (1980) "[Marxist Paradigm and Academic Freedom](#)." *Social Research* 47: 361-82; Firsov, B. (2012) *History of Soviet Sociology, 1950s-1980s* (in Russian). St. Petersburg: European University of St. Petersburg.

² Shalin, D. (1990) "[Sociology for the Glasnost Era: Institutional and Substantive Change in Recent Soviet Sociology](#)." *Social Forces* 68(4): 1-21. Doktorov, B. (2014) *Contemporary Russian Sociology. Historical and Biographical Investigations* (in Russian). Moscow.

³ (2009) *Vivat Yadov! On His Eightieth Birthday* (in Russian). Moscow: Institute of Sociology RAN.

⁴ Firsov, B. (2010) *Dissent in USSR and Russia, 1945-2008* (in Russian). St. Petersburg: European University of St. Petersburg (2010); Alekseev, A. (2003) *Dramatic Sociology and Sociology of Auto-reflexivity*. Vols. 1-4 (in Russian), St. Petersburg: Norma. Ver também Shalin, D. (1989) "[Settling Old Accounts](#)." *Christian Science Monitor*, December 29; e (1990) "Ethics of Survival." *Christian Science Monitor*, December 4; (1987) "[Reforms in the USSR: Muckraking, Soviet Style](#)." *Chicago Tribune*, February 16.

⁵ Yadov, V. (2011) "A Sordid Story" (in Russian). *Trotsky Bulletin*, December 6; Shalin, D. (2011) "Becoming a Public Intellectual: Advocacy, National Sociology, and Paradigm Pluralism," pp. 331-371 in D. Shalin, *Pragmatism and Democracy: Studies in History, Social Theory and Progressive Politics*. New Brunswick: Transaction Publishers.

⁶ *International Biography Initiative*. UNLV Center for Democratic Culture, <http://cdclv.unlv.edu/programs/bios.html>.

⁷ (2015) "From Dialogues of Vladimir Yadov and Dmitri Shalin" (in Russian). *Public Opinion Herald*, No. 3-4, pp. 194-219, http://cdclv.unlv.edu/archives/articles/vy_ds_dialogues.pdf.

⁸ Shalin, D. (1993) "[Emotional Barriers to Democracy Are Daunting](#)," *Los Angeles Times*, 27 de Outubro; (2007) "[Vladimir Putin: Instead of Communism, He Embraces KGB Capitalism](#)." *Las Vegas Review Journal*, 24 de Outubro.

> A gênese de um sociólogo público chinês

Por **François Lachapelle**, Universidade de British Columbia, Canada¹



| Shen Yuan.

Sentado atrás de sua mesa de escritório, sorrindo um pouco, Shen Yuan pareceu um pouco entretido por ser objeto de estudo de um sociólogo canadense. Antes que eu pudesse fazer a ele a minha primeira pergunta, o estudioso chinês perguntou: “Por que você está pesquisando intelectuais chineses?” — e interrompeu-se, observando: “você não deve me estudar. Se você quer estudar qualquer um de nós que você deve estudar Sun Liping”². Apontando para o escritório de seu conhecido colega, Shen continuou, “ele é o mais brilhante de todos nós. Ou você pode nos estudar como um grupo que tem trabalhado conjunto por mais de uma década”. Mais tarde na entrevista, Shen identificou Li Qiang e Guo Yuhua juntamente com ele e Sun Liping como os outros membros desse grupo, os quais foram também membros fundadores do Departamento de Sociologia de Tsinghua em 2000.

Nascido em 1954 em Pequim, Shen Yuan é parte de uma geração conhecida na China como *Zhiqing* — juventude escolarizada. Durante a Revolução Cultural (1966-1976), Mao Zedong abruptamente interrompeu a educação formal de quase 17 milhões de jovens chineses, enviando-os para o campo para

“De onde vem a sociedade vem é uma questão extremamente importante. Porque vocês [ocidentais] são nascidos em um país com uma sociedade, [o próprio conceito de sociedade] é um pressuposto. Isso é completamente diferente para nós. Nós temos que começar de novo”

Entrevista com Shen Yuan, 2012, Universidade de Tsinghua, Pequim.

“reeducação” radical. Ao aprenderem e serem transformados pela sabedoria revolucionária das massas rurais, eles foram pensados para se tornar a próxima geração de revolucionários chineses. Como tantos outros jovens removidos, Shen foi mandado embora por alguns anos. Após a morte de Mao em 1976 e o reestabelecimento do sistema educacional da China ao longo dos dois anos seguintes, apenas uma pequena fração (2,3%) da geração de Shen teve o privilégio de entrar na universidade para retomar a sua educação. Ele era um deles.

Shen graduou-se em 1983 pela Universidade da capital do Povo (Renda), como bacharel em filosofia. Então, em 1986, ele defendeu uma tese de mestrado sobre o líder da Revolução Soviética de 1917, intitulado *A Exploração e a Contribuição de Lênin para a Epistemologia Dialética*. Embora Shen se enxergasse como resolutamente marxista, após sete anos de intensa imersão na filosofia maoísta-marxista-soviética seu entusiasmo havia diminuído. Como explicou, “Naquele momento [em 1986], eu senti que a filosofia era muito abstrata. A filosofia daquele tempo não era capaz de resolver problemas [concretos/sociais]”.

Assim, logo após deixar Renda, Shen mudou para a sociologia, uma disciplina ainda relativamente sensível que tinha sido reabilitada há apenas oito anos, em 1978. Uma perigosa empreitada, certamente, mas a sociologia também era algo novo, um reino desconhecido do conhecimento oferecendo a possibilidade de exploração intelectual para além da santíssima trindade do maoísmo-marxismo-leninismo. Mais importante, tanto líderes estatais quanto intelectuais *Zhiqing* como Shen Yuan viram a sociologia como a melhor



forma de enfrentar e realizar a difícil tarefa de modernização nacional.

Portanto, dentro dos muros da *Academia Chinesa de Ciências Sociais* (CASS), no Instituto de Sociologia, Shen trabalhou como pesquisador em tempo integral entre 1988 e 1998. Fundada em 1977, a CASS — a *think-tank* estatal mais poderosa da China — rapidamente se tornou, no início da era Deng Xiaoping, o principal cérebro de confiança do Comitê Central e do Conselho de Estado, assessorando os órgãos mais poderosos do Partido Comunista Chinês (PCC) com os dados científicos sociais e conhecimentos necessários para formular políticas públicas (por exemplo, no que diz respeito aos sindicatos, empresas privadas, migração e desemprego).

Na década de 1990, após o massacre da Praça Tiananmen, Shen permaneceu na CASS mas, como também foi o caso de tantos outros intelectuais chineses, a sua relação com a sociologia e o Estado começou a mudar. Enquanto ainda ocupava posições fundamentais no Instituto de Sociologia, em alguns dos grandes projetos de pesquisa sociológica da era da reforma, Shen era cada vez mais atraído para círculos intelectuais fora da CASS. No início de 1990, ele fez amizade com Guo Yuhua e Sun Liping (este último considerado como o sociólogo mais brilhante de sua geração) e colaborou com eles na história oral de Sun sobre a experiência chinesa do comunismo. Então, em 1997, com 43 anos, Shen completou o seu doutorado sobre o tema da nova sociologia econômica e das reformas do mercado de pós-1978. Naquele mesmo ano, ele se tornou o editor-chefe da *Sociological Research*, uma das principais revistas de sociologia na China Continental. Durante seu mandato como editor, Shen trabalhou ativamente não só para melhorar a qualidade dos artigos publicados na revista, mas também para esculpir, pelo menos, uma autonomia limitada para a disciplina vis-à-vis o PCC.

Então, depois de deixar a CASS em maio de 2000, Shen Yuan e meia dúzia de outros sociólogos criaram o Departamento de Sociologia da Universidade de Tsinghua, Pequim. O paradigma inicial da Escola de Tsinghua foi baseado na sociologia da civilização comunista chinesa, o que Claude Dubar chamou de “*revolução copernicana da sociologia chinesa*”. Em menos de 20 anos, a disciplina reabilitada foi transformada de um agente de política social para o Estado — uma sociologia socialista equivocada — em uma disciplina capaz de formular um paradigma de investigação “independente” e reflexiva — e incidindo no estudo da experiência da população sob o comando do PCC e do próprio poder chinês após 1949.

Durante seus primeiros dois anos em Tsinghua, o interesse estatista anterior de Shen em sociologia econômica fundiu-se com o seu interesse marxista na sociologia do trabalho, enquanto estudava atores sociais e suas capacidades de agir e resistir às forças de mercado que avançavam. Entre 2002 e 2004, Shen se encarregou de um projeto chamado *A construção*

da escola noturna do trabalhador migrante de Baigou, com o objetivo de pesquisar, ensinar e ajudar a organizar esse grupo de trabalhadores migrantes. Baseado na ideia de intervenção sociológica de Alain Touraine, Shen teoriza tais praxis em seu artigo “*Intervenções fortes e fracas: dois Caminhos para a intervenção sociológica*”, sua mais importante contribuição sociológica para o campo³. Àquela altura, Shen tinha definitivamente deixado para trás as preocupações estatistas sobre o nascimento do mercado em favor de um foco acadêmico e ativista quase exclusivamente sobre “a produção da sociedade”, ou seja, uma sociedade capaz de se defender do Estado e do mercado.

Foi durante esse período inicial da carreira de Shen que Michael Burawoy cunhou a ideia da sociologia pública. Quando perguntado como ele reagiu à primeira menção à sociologia pública de Burawoy, Shen nos disse: “*O nosso artigo publicado em 1998 já tinha a orientação da sociologia pública. Então, quando tivemos a oportunidade, chegamos a Tsinghua para fundar o Departamento de Sociologia. Desde o início [nosso departamento] manteve uma tradição de sociologia pública. [Embora] naquele tempo Michael Burawoy ainda não tivesse cunhado essa idéia, [já] pensávamos que a sociologia deveria intervir*”.

Na visão de Shen, ele e seus colegas foram sociólogos públicos *avant la lettre*. Mas, para o intelectual chinês, a sociologia pública fez muito mais do que capturar com precisão a sua obra sociológica; A teoria de Burawoy também forneceu a Shen um auto-conceito intelectual, uma identidade que nomeia com precisão o seu ser sociológico.

Os efeitos da nova identidade de Shen em sua vida intelectual têm sido bastante poderosos. Desde a sua conversão à sociologia pública, Shen tem apostado na visão de que a missão da sociologia é participar ou intervir na produção da sociedade, de modo a “*por um lado, ajudar a resistir às pressões do Estado e do mercado e, por outro, ajudar a sociedade para emergir e crescer*”. Na frente acadêmica, ao longo dos últimos dez anos, praticamente todas as publicações de Shen foram marcadamente influenciadas por Burawoy e Touraine. O título de um de suas mais recentes co-edições, *Worker-Intellectual Unity: Trans-Border Sociological Intervention in Foxconn* simboliza a energia que Shen empreendeu nesse trabalho. De importância ainda maior, na frente pública, as empreitadas sociais de Shen com ONGs trabalhistas, meios de comunicação e plataformas de internet, gestores públicos e trabalhadores sindicais representam ativamente o espírito da sociologia pública. ■

Contato com François Lachapelle <f.lachapelle@alumni.ubc.ca>

¹ Este ensaio é baseado na minha dissertação de mestrado, *From Nameless Marxist to Public Sociologist: The Intellectual Trajectory of Shen Yuan in Contemporary China* (University of British Columbia, 2014).

² Ver *Diálogo Global* 2(4), maio de 2012, entrevista com Sun Liping.

³ Yuan, S. (2008) “Strong and Weak Intervention: Two Pathways for Sociological Intervention.” *Current Sociology* 56 (3): 399-404.

> Sendo local, sendo global

Por **Brigitte Aulenbacher**, Universidade Johannes Kepler, Linz, Áustria, membro dos Comitês de Pesquisa em: Economia e Sociedade (RC02), Pobreza, Bem-Estar e Políticas Sociais (RC19), Sociologia do Trabalho (RC30), e Mulheres na Sociedade (RC32) e Vice-Diretora do Comitê Local de Organização (LOC) do Terceiro Fórum de Sociologia da ISA, Vienna 2016; **Rudolf Richter**, Universidade de Viena, Áustria, membro e ex-diretor do Comitês de Pesquisa sobre Família da ISA (RC06) e diretor do LOC do Terceiro Fórum de Sociologia da ISA; **Ida Seljeskog**, Universidade de Viena, e LOC do Terceiro Fórum de Sociologia da ISA;



Pátio interno da Universidade de Viena.
Foto por Universidade de Viena.

O comitê organizador local deseja boas-vindas aos sociólogos de todo o mundo para o 3º Fórum de Sociologia da ISA em Viena.

No próximo mês, nós, do comitê organizador local receberemos vocês, a comunidade global da ISA, para o Terceiro Fórum da ISA em Viena. Além de convidá-los a acessar o nosso [website](#), gostaríamos de destacar algumas das maneiras pelas quais o local e global serão entrelaçados no Fórum.

> Sendo local: *Insights sobre a vida cotidiana da Áustria e sobre a história da sociologia*

Estamos honrados e felizes por sediar o Terceiro Fórum de Sociologia da ISA na Universidade de Viena, uma universidade com fortes tradições em filosofia e ciência social. Por mais de dois anos, o comitê organizador local tem

>>



Universidade de Viena vista de fora.
Foto por Universidade de Viena.

se preparado para fazer do Fórum um sucesso, auxiliado por universidades austríacas e institutos sociológicos colaboradores em Innsbruck, Graz, Linz, Salzburgo, Viena e também por nossos colegas na Hungria.

Nós gostaríamos de recebê-los para “ser local” com a gente, para se encontrar, conversar, e ser inspirado pelo ambiente internacional de Viena. Para além do programa oficial do Fórum, incentivamos nossos convidados a conhecer melhor uns aos outros, a cidade anfitriã e o país através de uma série de excursões turísticas e sociológicas e confraternizações.

Junte-se a nós em uma visita a uma taberna de vinho tradicional vienense ou em um passeio a pé pela cidade como parte de nossas atividades de turismo. Entre os destaques de nossos passeios sociológicos estão duas visitas guiadas ao museu Marienthal na aldeia vizinha de Gramatneusiedl — local da pesquisa pioneira *Die Arbeitlosen von Marienthal* ou “Marienthal:

a sociografia de uma comunidade de desempregados”, em que Marie Jahoda, Paul Lazarsfeld e Hans Zeisel, no início de 1930, mostraram como o desemprego destrói pessoas e a vida social. As suas conclusões e o seu método plural têm inspirado uma grande quantidade de pesquisas, e são impressionantes até os dias de hoje¹

O legado sociológico de Viena e da Áustria só pode ser compreendido dentro de seu contexto histórico e social mais amplo. Por um lado, temos a “Viena Vermelha” das primeiras décadas do século passado. Mas, por outro lado, mais tarde, centenas de sociólogos austríacos, incluindo os acima referidos, foram forçados a fugir da Áustria durante o regime nazista. Várias posts sobre a história do fascismo e seu efeito sobre a sociologia e a sociedade austríaca podem ser encontrados em nosso [blog do fórum da ISA](#).

> Sendo global: as lutas por um mundo melhor

Como sociólogos que sediam o Fórum em Viena, na Áustria e na Europa, o tema da ISA “Sociologia Global e as lutas por um mundo melhor” e a sua agenda para construir uma sociologia mundial nos leva a refletir sobre o global e o local a partir da nossa perspectiva local.

Uma cidade profundamente internacional, Viena está localizada no centro da Europa; fortes influências de países vizinhos podem ser encontradas na cultura da cidade, na culinária e no idioma. A cidade abriga várias instituições internacionais, incluindo a Casa da União Europeia e a UNO-City Viena, apoiando o Fórum como um local para o discurso internacional. Mesmo assim, o tema do Congresso Mundial da ISA de 2014, em Yokohama, “Enfrentando um mundo desigual”, ainda não perdeu o seu significado: como nós convidamos sociólogos de todo o mundo a se unirem em Viena, devemos reconhecer os desafios atuais enfrentados pelos Áustria e pela Eu-



ropa em assumir a responsabilidade pela igualdade, liberdade, justiça, democracia e direitos humanos. A guerra na Síria, catástrofes e pobreza em grandes partes do mundo e a história capitalista colonial e pós-colonial por trás de tais desenvolvimentos — estão novamente forçando as pessoas a fugir e migrar.

Muitos europeus têm lutado por um mundo melhor através de intensificados protestos e por apoiar iniciativas contra a violência e as desigualdades. Mas outro caminho, conceituando a Áustria e a Europa como sociedades fechadas, tem sido caracterizada pela política de exclusão, procurando reforçar as fronteiras e as desigualdades. O Fórum vai chegar a Viena em um momento histórico, quando questões como o asilo, a migração forçada, e as políticas de integração desafiam as sociedades europeias, e os movimentos de direita estão mais uma vez em crescimento, ligando-se a sua tentativa de criar uma Europa fechada aos “não-europeus” — um arrepiante paralelo a uma história demasiadamente

recente.

A sociologia austríaca está enfrentando todos esses problemas, e os sociólogos austríacos estão fortemente conectados globalmente. Esses desafios e conexões se refletem em nossas sessões plenárias, em que oradores de todo o mundo explorarão temas como *“Enfrentando múltiplas crises na Europa e além”*, *“Superando limites e polarizações entre centros e periferias”*, e *“Pensamento social e a luta para um mundo melhor”*,

Por último, mas não menos importante, a ISA e o Comitê Organizador Local convidaram editores locais e internacionais para apresentar os seus livros na sala de exibição e para organizar um salão de editores, onde autores de livros de especial interesse sociológico e público discutirão seus trabalhos. O salão de exposição também exibirá informações sobre os institutos austríacos de sociologia, fundações de pesquisa e programas de bolsas.

> Junte-se a nós no Fórum da ISA

Durante a última década, as discussões da ISA têm enfatizado a necessidade de sensibilidade para com as inter-relações do global e do local. E, de fato, muitas lutas locais contemporâneas são causadas por tendências globais como a mercantilização do trabalho e da natureza, a transnacionalização de trabalho e da política, e mudanças estatais de longo alcance tanto em ditaduras como em democracias. Quando nos reunirmos em Viena em Julho, todas essas questões estarão na ordem do dia, e — seguindo o exemplo dado pelos sociólogos em todo o mundo — serão discutidas em suas manifestações globais e locais. O Fórum oferece a próxima oportunidade para se unir e continuar este diálogo global. Portanto: Desejamos boas-vindas a vocês de todo o mundo a Viena, Áustria, Europa e para o Terceiro Fórum de Sociologia da ISA! ■

Contato com Brigitte Aulenbacher
<Brigitte.Aulenbacher@jku.at> e
Rudolf Richter <rudolf.richter@univie.ac.at>

¹ Ver Richter, R. “The Austrian Legacy of Public Sociology.” *Diálogo Global* 5(4), dezembro de 2015, <http://isa-global-dialogue.net/the-austrian-legacy-of-public-sociology/>

> Desigualdade, pobreza e prosperidade na Áustria

Por **Cornelia Dlabaja**, Universidade de Vienna, Áustria, **Julia Hofmann**, Universidade Johannes Kepler, Linz, Áustria e **Alban Knecht**, Universidade Johannes Kepler, Linz, Áustria

A Áustria tem sido há tempos conhecida por seu alto padrão de vida. Seu PIB per capita é de US\$ 51.300,00, o que a coloca em 13º em um ranking mundial de 2014 (Banco Mundial, 2015), enquanto Viena, capital da Áustria, lidera rankings de globais de qualidade de vida em 2015 e 2016. Com uma longa tradição de habitação municipal, Viena alcançou uma certa estabilidade social até agora. No entanto, isso não significa que todo mundo é rico ou bem situado em Viena, ou na Áustria.

Um olhar mais atento a grupos sociais específicos revela uma estrutura social bastante segmentada e cada vez mais polarizada: enquanto cerca de 12% dos cidadãos austríacos estão em risco de pobreza, cerca de 33% dos migrantes não-nacionais enfrentam esse risco. Embora a desigualdade de renda seja menos pronunciada do que em alguns países da OCDE, desde os anos 1990 os segmentos mais pobres da sociedade austríaca perderam terreno: Entre 1990 e 2011, a parcela de renda dos 20% mais pobres diminuiu em 47%, enquanto a parcela de renda do topo 1% aumentou 16%. Como um todo, a Áustria é marcada por alta desigualdade na distribuição da riqueza e da propriedade, com um coeficiente de Gini para os ativos financeiros brutos de 0,75.

O que explica essa segmentação gritante em um país tão rico? O sistema de ensino austríaco contribui para uma transferência intergeracional excepcional de status social: crianças de universitários graduados têm uma probabilidade de começar a universidade 2,5 vezes maior do que os filhos de pais que não frequentaram a universidade. Então, como em muitas sociedades, os níveis de ensino determinam a renda: cada ano adicional de educação aumenta a renda em cerca de 5,4%. Os migrantes são particularmente desfavorecidos no sistema de ensino (em parte porque qualificações estrangeiras podem não ser reconhecidas).

As diferenças de gênero também são marcantes. Mulheres austríacas jovens são hoje mais bem educadas do que os homens, mas ainda ganham 23,4% menos por hora do que

os seus colegas do sexo masculino. Elas também possuem menos riqueza do que os homens: famílias unipessoais de mulheres possuem 40% menos riqueza privada do que as famílias individuais masculinas. Essa desigualdade de gênero está ligada ao modelo social austríaco, que pode ser descrito como “conservador”, ao promover uma divisão de gênero tradicional de trabalho, por meio de dependência de transferências de dinheiro. A falta de creches e normas familiares tradicionais direcionam às mulheres a maior parte do fardo em conciliar a vida profissional e a vida familiar.

“tudo de ruim vem à Áustria, mas alguns anos mais tarde do que para o resto do mundo”

A política austríaca de mercado de trabalho promove cada vez mais flexibilização e programas governamentais para criação de empregos (*workfare*), o que tem reforçado as desigualdades sociais existentes: os migrantes e as mulheres são mais suscetíveis de serem encontrados em empregos mal pagos e precários. Uma baixa, mas crescente taxa de desemprego tem impactado especialmente pessoas com poucas qualificações e migrantes.

Um olhar mais atento mostra, assim, que apesar da sua aparente estabilidade, a estrutura social da Áustria é cada vez mais polarizada e segmentada no que se refere a gênero e etnia, com uma tendência para o lento crescimento da desigualdade social. Como um ditado popular diz, tudo de ruim vem à Áustria, mas alguns anos mais tarde do que para o resto do mundo. ■

Contato com Cornelia Dlabaja <cornelia.dlabaja@univie.ac.at>, Julia Hofmann <julia.hofmann@jku.at> e Alban Knecht <alban.knecht@jku.at>

> Desigualdades sociais, refugiados e o “Sonho Europeu”

Por **Ruth Abramowski, Benjamin Gröschl, Alan Schink, e Désirée Wilke**, Universidade Paris Lodron de Salzburg, Áustria



Por trás da retórica de simpatia humana está a realidade sórdida de restrições, cercas e campos de refugiados. Ilustração por Arbu.

Fluxos de refugiados são um fenômeno real na Europa, às vezes rotulados de nova “migração em massa” (*Völkerwanderung*) na mídia de língua alemã. Em números absolutos a Alemanha recebe o maior número de pedidos de asilo político, mas proporcionalmente a sua população, a Alemanha está em quinto lugar na Europa (Eurostat). A Hungria recebe a maioria dos pedidos per capita, a Suécia vem em segundo lugar, Áustria terceiro e Finlândia em quarta.



A Áustria encontra-se, literalmente, no meio do fluxo. A região de fronteira germano-austriaca, especialmente a passagem entre Salzburgo e Freilassing, tornou-se um gargalo para os refugiados que chegam à Europa Central, criando tensões reais na sociedade austriaca. Por um lado, apesar das queixas sobre a crise migratória europeia e de exigências de controle das fronteiras, muitos ainda veem a mobilidade transnacional como parte de um sonho europeu que esperam preservar. Por outro lado, medos e reclamações sobre os refugiados derivam de preconceitos e do pressuposto de que os refugiados e os migrantes estão sendo movidos pela atratividade da Europa, ao invés da guerra ou da situação de desespero.

De acordo com o *Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados* (ACNUR), em 2015 60 milhões de pessoas em todo o mundo deixaram suas casas. A maioria dos refugiados é solicitada a deixar suas casas por guerras, pobreza e fome resultantes da desigualdade econômica e social, agravada por políticas pós-coloniais. Mas menos de três por cento migram para a Europa; a maioria fica em países vizinhos.

Em 2015, “apenas” 50.000 pessoas pediram asilo na Áustria (ACNUR-Áustria, extrapolação em setembro de 2015) – uma taxa de 332 pessoas por 100.000 habitantes. Destes, 11.000 são reconhecidos como refugiados, recebem serviços materiais básicos (€827/mês). Enquanto aguardam a decisão sobre os seus pedidos — em média de três a seis meses — eles vivem em alojamentos ou acampamentos, recebem três refeições por dia (embora muitas vezes isso não inclua sequer uma refeição quente por dia) e uma cama em um dormitório. Além disso, eles recebem uma quantia diária de €1,30. Quando eles cuidam de si próprios, recebem €120/mês para aluguel (podendo ir até €240 para as famílias) e €200 como um subsídio de subsistência (€90 por criança).

É importante ressaltar que eles não estão autorizados a trabalhar ganhando salários enquanto aguardam a decisão (art. 15-B-VG, BKA-Áustria).

Falamos com cerca de 30 refugiados na recepção e centros para requerentes de asilo. A maioria tem outros sonhos para o seu futuro: Eles sonham em ser uma parte da nossa sociedade, ter um emprego, trabalhando duro para as suas famílias, talvez comprar um apartamento ou uma casa um dia — simplesmente viver uma vida sem medo existencial.

Dado o envelhecimento da população e a baixa taxa de fertilidade em quase todos os países mais ricos da Europa, os refugiados podiam ser vistos como oferecendo uma nova esperança para o envelhecimento das sociedades: jovens e com uma taxa de fertilidade mais elevada do que a maioria das populações europeias, muitos são trabalhadores altamente qualificados ou artesãos (Perspectivas da População Mundial das Nações Unidas: A revisão de 2015). No longo prazo, eles poderiam preservar os nossos sistemas nacionais de pensões e sociais, enquanto que no curto prazo, eles poderiam fortalecer as economias nacionais da Europa – especialmente se eles têm a oportunidade de trabalhar, ganhar dinheiro e pagar impostos.

De um ponto de vista mais pragmático, poderíamos, portanto, perguntar: Por que há um debate sobre se os refugiados devem ser deportados, em vez de negociações para a sua integração? ■

Contato com Ruth Abramowski <ruth.abramowski@sbg.ac.at>, Benjamin Gröschl <benjamin.groeschl@sbg.ac.at>, Alan Schink <alan.schink@sbg.ac.at> e Désirée Wilke <desiree.wilke@sbg.ac.at>

> Igualdade de gênero e a universidade austríaca

Por **Kristina Binner**, Universidade Johannes Kepler, Linz, Áustria e membro dos Comitês de Pesquisa sobre Pobreza, Bem-Estar e Políticas Sociais (RC19) e Mulher na Sociedade (RC32), and **Susanne Kink**, Susanne Kink, Universidade Karl-Franzens de Graz, Áustria

Mulheres e homens têm sido muito desigualmente representados nas universidades da Áustria: enquanto a proporção de homens e mulheres é um pouco equilibrada no corpo estudantil como um todo (57% do sexo feminino, 43% do sexo masculino), esse não é o caso entre cientistas. Em 2013, apenas 22% dos professores eram do sexo feminino. Será que a recente reforma do sistema da universidade austríaca oferece oportunidades para mudar essa desigualdade de gênero?

> A universidade empreendedora e gerencial na Áustria

Desde que a Lei Universitária foi implementada em 2002, novas ferramentas de gestão pública foram introduzidas para reorganizar a relação entre a universidade e o governo. Agora, as universidades são cobradas para ter desempenho igual à de empresas, de maneira empreendedora e gerencial. Enquanto o governo se retira de seu antigo papel focado na condução detalhada, as universidades têm que competir umas contra as outras por recursos financeiros e simbólicos. Mais poder em tomada de decisão foi dada a vice-reitores, enquanto partes interessadas externas ganharam importância, como as comissões de especialistas e os conselhos universitários. Essas mudanças têm como objectivo criar universidades com liderança forte e perfis especializados — mas as reformas também procuram reforçar as políticas de igualdade de gênero e de apoio à família?

“mudanças recentes poderiam oferecer chances para uma maior igualdade social”

> Igualdade de gênero?

Enquanto “organizações autônomas” sob a Lei Universitária de 2002, as universidades da Áustria foram obrigadas a introduzir medidas de gênero, incluindo a criação de centros de coordenação para assegurar a igualdade de oportunidades, a criação de grupos de trabalho, as comissões de mediação e estabelecer uma cota de 40% para as mulheres em todos os órgãos colegiados.

Não está claro como medidas de igualdade de gênero serão apoiadas no âmbito dos novos modelos de orçamento das universidades: embora cada universidade seja responsável por realizar as novas exigências de igualdade de gênero, os recursos financeiros para isso e o apoio de lideranças podem ser diferentes. No geral, no entanto, a reorganização das universidades e os novos instrumentos de incorporação do gênero parecem ser capazes de melhorar as oportunidades para a igualdade de gênero, especialmente na ciência.

> Favorável à família?

Demandas familiares foram identi-

ficadas como uma barreira importante para as cientistas do sexo feminino, de modo que as universidades austríacas implementaram ferramentas de gestão estratégicas como a auditoria “universidade e família”, apoiada pelo governo. Oferecer boas instalações para acolher crianças está se tornando uma forma de as universidades se distinguirem umas das outras enquanto locais atraentes para estudar e trabalhar. Ao mesmo tempo, as imagens conservadoras de pais e mães persistem, enquanto os gestores das universidades tendem a se concentrar principalmente nos cuidados infantis, predominantemente dirigidas às mulheres como mães, e reproduzindo a imagem de famílias heterossexuais.

As mudanças recentes das universidades austríacas refletem uma interação complexa entre as tendências de mercado, de igualdade de gênero e de políticas favoráveis à família, que poderiam oferecer chances para uma maior igualdade social. Contudo, é importante salientar que apesar dessas medidas poderem ter algum impacto no nível organizacional, as culturas e normas científicas envolveram pré-noções de gênero. Por exemplo, a suposição de que os cientistas priorizam o trabalho acima de tudo; a ideia de que os cientistas devem estar sempre disponíveis, flexíveis e focados no trabalho acadêmico, refletem normas do sexo masculino sobre a jornada de trabalho; enquanto potenciais cuidadoras, muitas vezes as mulheres encontram mais dificuldades para cumprir essa norma do que seus colegas do sexo masculino. ■

Contato com Kristina Binner
<Kristina.Binner@jku.at> e
Susanne Kink <susanne.kink@uni-graz.at>

> O tempo de trabalho e a luta por uma vida melhor

Por **Carina Altreiter**, **Franz Astleithner** e **Theresa Fibich**, Universidade de Viena, Áustria

A luta em torno do tempo de trabalho vincula-se historicamente à luta dos trabalhadores para limitar a exploração de sua força de trabalho. A jornada de oito horas foi a grande demanda do movimento dos trabalhadores e, até os anos 1980, a maioria das nações industrializadas tinha gradualmente reduzido a duração do dia e da semana de trabalho.

Desde então, com exceção da França, não houve nenhum avanço significativo, ainda que a produtividade tenha aumentado substancialmente. Mas a recente crise econômica global trouxe de volta à agenda os debates sobre a distribuição desigual do trabalho. A partir de dados do *Eurostat*, discutimos desenvolvimentos atuais quanto ao tempo de trabalho na União Europeia e sua relevância para combater as desigualdades sociais.

> Tempo de trabalho e desigualdade

Por um lado, algumas pessoas na União Europeia trabalham muitas horas, tendo 32% trabalhado mais do que 10 horas por dia em mais do que um dia no mês em 2010. Outros trabalham meia jornada (20% em 2014) ou não têm trabalho (9,5% de desempregados em agosto de 2015). De um lado, trabalho intensificado, danos físicos e psíquicos e doenças decorrentes das longas jornadas de trabalho; de outro, frustração e desvalorização são apenas algumas das consequências

da polarização do tempo de trabalho que ameaça os fundamentos de nossa sociedade.

Por outro lado, persiste a distribuição desigual das horas de trabalho entre homens e mulheres. Primeiro, trabalhar muitas horas e em regime de tempo integral ainda é “coisa de homem” e cada vez mais mulheres trabalham apenas meia jornada. O número de homens em trabalhos de meia jornada aumentou para 8,8% em 2014 nos 28 países da União Europeia, mas ainda assim a proporção de mulheres em tais trabalhos permanece mais do que três vezes maior (32,5%). Segundo, as mulheres gastam quase duas horas por dia a mais do que os homens realizando trabalho não-remunerado (por exemplo, trabalho doméstico e cuidado com crianças). Essas dinâmicas se somam às múltiplas desvantagens das mulheres, como menores perspectivas de carreira e chances de aposentadoria, o que resulta em um maior risco de pobreza na velhice.

> Reduzir o tempo de trabalho reduz as desigualdade sociais?

Alterar a duração da jornada de trabalho interessa a muitos trabalhadores: pesquisas mostram que mais de 30% dos trabalhadores da Europa prefeririam trabalhar menos, enquanto muitos trabalhadores de meia jornada (10 milhões, em 2014) prefeririam trabalhar mais horas. Diminuir a jornada de trabalho para todos os

empregados reduziria o fosso entre os trabalhadores de tempo integral e os de meia jornada, e poderia encorajar uma distribuição mais equitativa de trabalho remunerado e não-remunerado entre homens e mulheres. Além disso, por diminuir o número de desempregados, a redução da jornada de trabalho aumentaria o poder de barganha dos trabalhadores, com o efeito provável de frear o atual crescimento da desigualdade de renda.

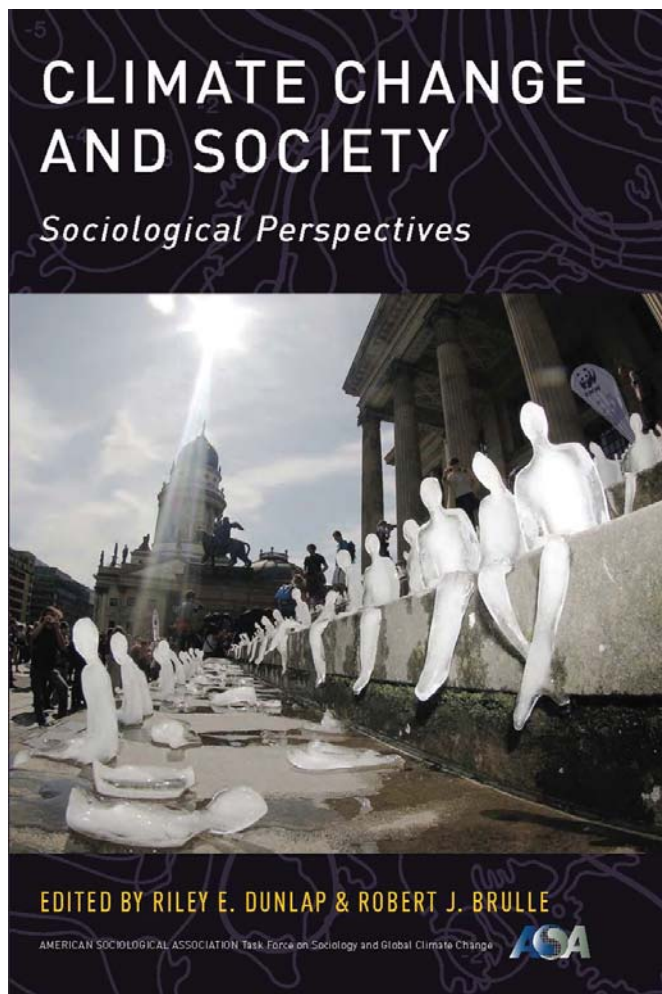
“persiste a distribuição desigual das horas de trabalho entre homens e mulheres”

Todavia, reduzir o tempo de trabalho pago não produz efeitos redistributivos automaticamente. Para que a redução do tempo de trabalho contribua com um projeto emancipatório, as políticas teriam que encarar os desafios da intensificação do trabalho e da desregulamentação das relações produtivas, além de estimular programas que garantam a redistribuição do trabalho não-remunerado. ■

Contato com Carina Altreiter
<carina.altreiter@univie.ac.at>,
Franz Astleithner
<franz.astleithner@univie.ac.at> e
Theresa Fibich <theresa.fibich@univie.ac.at>

> Sociologia e mudança climática

Por **Riley E. Dunlap**, Universidade do Estado de Oklahoma, EUA, ex-presidente do Comitê de Pesquisa sobre Meio Ambiente e Sociedade (RC24) e **Robert J. Brulle**, Universidade Drexel, EUA



Riley Dunlap e **Robert Brulle** são reconhecidos sociólogos do meio ambiente. Foram presidente e vice-presidente da *Força-Tarefa Sociologia e Mudança Climática Global*, da Associação Americana de Sociologia (ASA), e seu relatório foi recentemente publicado como livro: *Climate change and society: sociological perspectives* (Nova York e Oxford: Oxford University Press, 2015). Seu trabalho pioneiro mostra como as associações nacionais de sociologia podem promover pesquisas colaborativas em temas sociais e políticos pungentes.

A mudança climática provocada pela ação humana é um dos maiores problemas do nosso tempo e, no longo prazo, representa uma ameaça existencial para a nossa espécie. Os cientistas naturais lideraram a denúncia do aquecimento global, a partir da compreensão do “efeito estufa” mais de um século atrás. A ciência climática se tornou um campo bem estabelecido nos anos 1990, produzindo evidências cada vez mais fortes de que o mundo está aquecendo devido, em grande medida, a atividades humanas (em especial, as emissões de carbono), com impactos cada vez mais negativos sobre os sistemas naturais e sociais – conforme tem sido documentado periodicamente pelo (IPCC).

Diante de respostas societais totalmente inadequadas às crescentes evidências do aquecimento global, especialmente em termos de redução das emissões de carbono, os cientistas reconheceram que a mudança climática é um “problema humano”: é causada por comportamentos humanos, apresenta ameaças reais aos humanos e pode ser combatida apenas por meio da ação coletiva. Em consequência, o IPCC, o Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos e outras importantes organizações científicas, como o Conselho Internacional de Ciência Social e o seu Programa Internacional Dimensões Humanas para a Mudança Ambiental Global (sucedido pelo Projeto Terra do Futuro) solicitaram maior envolvimento das ciências sociais nas pesquisas sobre a mudança climática.



Chamados como esses, em geral, convidam os “cientistas sociais” a contribuírem para agendas multidisciplinares de pesquisa estabelecidas por cientistas da natureza e grandes financiadores (tais como o Belmont Forum), dando pouca atenção, ou consultando pouco, disciplinas específicas às ciências sociais. Cientistas sociais são estimulados a contribuir com programas de pesquisa em andamento (muitas vezes representados como pesquisas “sobre sistemas humanos e naturais acoplados”) que buscam responder questões concebidas pelos cientistas da natureza. Embora tenham seu valor, tais investigações costumam ignorar conflitos sociais e políticos centrais oriundos de desigualdades na utilização dos sistemas naturais, bem como das consequências da degradação desses sistemas – raramente aplicando perspectivas político-econômicas de cunho crítico.

Essas convocações geralmente supõem que os cientistas sociais podem ajudar a “educar as pessoas” sobre o aquecimento global, na esperança ingênua de que uma melhor compreensão da cidadania leve a mudanças nas políticas públicas. Desprovidos de qualquer perspectiva sociológica, esses esforços tratam os indivíduos como os agentes primários a produzir emissões de carbono, ignorando assim as sugestões sociológicas sobre como as ações individuais se relacionam com a estrutura social. Ignora-se, desse modo, em que medida as iniciativas para diminuir as emissões de carbono são determinadas por dinâmicas sociais, econômicas e políticas.

Tentativas de incorporar mais ciência social às pesquisas sobre mudanças climáticas adotam, geralmente, uma postura “pós-política”, uma vez que relatórios e projetos tendem a despolitizar a mudança climática. O IPCC, por exemplo, considera a mudança climática fundamentalmente como um fenômeno físico, um problema cuja solução compreende uma combinação de evidências científicas, avanços tecnológicos e habilidades gerenciais; não exigindo, assim, qualquer mudança fundamental na ordem socioeconômica. Nessa visão, portanto, a mudança climática não é objeto de embates políticos sérios.

A Associação Americana de Sociologia (ASA) criou a Força-Tarefa Sociologia e Mudança Climática Global, encarregada de demonstrar o valor da análise sociológica das mudanças climáticas. Os líderes do grupo sentiram que deveriam fazer mais do que apenas preparar um relatório para a ASA, dado que tínhamos a oportunidade de demonstrar a pertinência das perspectivas sociológicas tanto para os nossos colegas sociólogos como para um público muito mais amplo. Assim, o livro *Climate change and society: sociological perspectives* foi publicado pela Oxford University Press, em agosto do ano passado, como uma publicação oficial da ASA.

Climate change and society resume as pesquisas da sociologia e de outras ciências sociais sobre aspectos chave da questão climática. Treze capítulos, escritos por 37 colabora-

dores, descrevem os principais fatores da mudança climática (com especial atenção à organização do mercado e ao consumo); os principais impactos da mudança climática e as iniciativas para lidar com ela (atendendo principalmente para seus impactos desiguais); e os processos sociais — sociedade civil, percepções públicas e a “negação organizada” — que afetam as respostas societais a esses desafios. Vários capítulos também abordam perspectivas teóricas e inovações metodológicas das pesquisas sobre mudanças climáticas.

O livro atende à demanda por maior engajamento das ciências sociais com a questão da mudança climática e demonstra a contribuição imprescindível das análises sociológicas. Os fatores mais importantes das mudanças climáticas globais estão na estrutura social, nas instituições, nos valores culturais, nas ideologias e nas práticas sociais. Portanto, esforços para conter e se adaptar ao aquecimento global exigem análises desses processos sociais em diversos âmbitos, do global ao local — o que se encontra no escopo de nossa disciplina. Um objetivo secundário do livro é estimular a proliferação de pesquisas sociológicas sobre esses assuntos: a sociologia pode auxiliar na compreensão das mudanças climáticas não apenas ao contribuir com agendas de pesquisa existentes, mas também ao propor novas questões de pesquisa derivadas das teorias e perspectivas sociológicas.

O papel da sociologia também pode ser o de formular uma crítica social. As análises existentes sobre as mudanças climáticas são frequentemente limitadas por crenças quase-hegemônicas. Por exemplo, nesta era neoliberal, é amplamente aceito que apenas políticas baseadas no mercado podem oferecer opções viáveis para reduzir as emissões de carbono. Pontos cegos como esse limitam o escopo de ações concebíveis. A sociologia pode desempenhar um papel vital, indo além do pensamento pós-político e unidimensional, ao questionar pressupostos inadvertidos que atualmente definem os termos dos debates sobre políticas públicas.

Essa espécie de sociologia pública das mudanças climáticas deverá documentar a dificuldade (se não a impossibilidade) de alcançar reduções significativas nas emissões de carbono enquanto forem mantidos os parâmetros tradicionais de crescimento econômico — o que constituirá um achado sociológico capaz de ampliar os debates sobre política climática. Criar o espaço intelectual para o surgimento de perspectivas mais críticas acerca das mudanças climáticas será uma contribuição crucial da nossa disciplina. Esperamos que sociólogos ao redor do mundo juntem-se à Força-Tarefa da ASA nessa empreitada. ■

Contato com Riley E. Dunlap <rdunlap@okstate.edu>
e Robert J. Brulle <brullerj@drexel.edu>

> Liberdade e violência na Índia



Congresso do Partido. Vice-Presidente Rahul Gandhi com estudantes da Universidade de Hyderabad, durante um protesto pela morte de Rohith Vemula em Hyderabad, de Janeiro de 2016.

Abaixo, publicamos uma nota do Comitê Executivo da Associação Internacional de Sociologia (ISA) e uma carta assinada por mais de 200 sociólogos indianos enviada ao presidente da Índia no dia 6 de março de 2016. Ambas foram escritas em protesto contra a violência e a perda de liberdade acadêmica nas universidades indianas no começo deste ano. Mesmo que sejam ultrapassadas por determinados eventos, as cartas têm importância histórica como expressão da profunda preocupação dos sociólogos com a liberdade de expressão nos campi e para além deles.

> Nota da Associação Internacional de Sociologia (ISA)

Nós, membros do Comitê Executivo da Associação Internacional de Sociologia, expressamos solidariedade com os estudantes, professores, escritores, artistas e ativistas na Índia que lutam pelos direitos à vida, à liberdade e à liberdade de expressão, no contexto de crescentes ataques e violência coletiva contra toda oposição à violência fundamentalista de direita e à discriminação. Preocupamo-nos particularmente com os linchamentos de minorias e com o cerceamento da liberdade no âmbito da alimentação (falsamente enquadrado como “proibição da carne”) na Índia. A transformação de grande parte dos meios de comu-

nicação eletrônicos em máquinas de propaganda a serviço do nacionalismo de direita e o ataque sistemático e violento a intelectuais, estudantes e militantes por meio de delações e perseguições antiéticas não têm precedentes e são especialmente preocupantes. A posição de estudantes pertencentes a grupos sociais vulneráveis — sobretudo os estudantes dalit-bahujan e os pertencentes a outras minorias — é uma questão de preocupação imediata.

Nós apoiamos a perspectiva de que a Constituição Indiana estabelece um marco político plural e rejeita qualquer tentativa de definir o país em termos

religiosos.

Nossa responsabilidade como membros de uma associação profissional é ainda maior por se tratar de um ambiente de anti-intelectualismo e pela presença de ataques por parte de uma maioria contra tentativas individuais e coletivas de realizar debates informados e a crítica social, tanto dentro quanto fora das instituições de ensino superior. Como sociólogos, acreditamos que permitir a utilização das acusações de sedição para destruir o dissenso e a liberdade de expressão significa, como disse Amartya Sen, ser tolerante demais com a intolerância.

Apoiamos a petição [que segue] enviada por mais de 200 sociólogos de toda a Índia ao presidente do país, protestando contra os ataques aos professores Vivek Kumar e Rajesh Misra, por parte de alunos pertencentes ao partido do governo, o Bharatiya Janata.

As universidades devem proporcionar espaço de debate livre e informado, bem como de aprendizado mútuo. A crescente turbulência nos campi universitários, o encolhimento do espaço de debate livre e a intolerância com qualquer oposição às agendas do hindutva [nacionalismo hindu] são objeto de grande preocupação da comunidade internacional de sociólogos, comprometida com as liberdades fundamentais e a livre expressão.



O suicídio de Rohith Vemula, professor de doutorado na Escola de Ciências Sociais da Universidade de Hyderabad, em janeiro de 2016 (o nono caso de suicídio de um acadêmico pertencente ao grupo dalit bahun naquela universidade), logo após ser desalojado, junto com outros quatro intelectuais, da acomodação em que vivia, e após sofrer um boicote social no campus da universidade, é sinal da discriminação sistemática profundamente enraizada e, das consequências que pode gerar. Apesar de haver uma inquietação crescente nas universidades do país desde que, há alguns anos, passou a aumentar a presença de estudantes pertencentes a grupos sociais vulneráveis nesses espaços, a morte de Rohith Vermula desencadeou protestos inéditos no país e no exterior, realizados sobretudo por estudantes, especialmente os dalit bahun, que sofrem desproporcional-

mente as piores formas de discriminação no sistema educacional.

Reconhecemos e apoiamos os esforços de estudantes e professores em diversas faculdades e universidades indianas no sentido de questionar a discriminação por castas e a opressão da maioria, promovendo formas de pensamento e de sociabilidade anti-castas tanto dentro quanto fora das instituições acadêmicas, mesmo em face de ataques violentos da direita. O caso do famoso escritor e professor universitário tâmil Perumal Murugan, que foi obrigado a abandonar sua cidade e se mudar para a capital do estado, é apenas um exemplo. Também celebramos a eloquência e o profundo entendimento com os quais jovens acadêmicos como Rahith e tantos outros como ele têm desenvolvido críticas fundamentadas da política hindutva e de suas amplas consequências, con-

tribuindo para estabelecer uma nova corrente de contestação apoiada de modo criativo na rica tradição de resistência do subcontinente.

Estendemos nosso apoio à luta dos estudantes e professores da Universidade Jawaharlal Nehru e parabenizamos seus esforços no sentido de sustentar um debate público sobre a complexa questão do nacionalismo por meio de aulas públicas. Gostaríamos ainda de registrar nossa apreciação por seu comprometimento em levar adiante a luta de Rohith Vermula e de estudantes e acadêmicos como ele, de diversas instituições em todo o país. Levantam-se novas balizas para uma sociologia transformadora que questiona as fronteiras disciplinares e as exclusões no interior das instituições superiores, construindo, desse modo, pontes entre a academia e o mundo lá fora. ■

> Carta dos sociólogos indianos ao presidente da Índia

4 de março de 2016

Shri Pranab Mukherjee
Presidente da Índia
Rashtrapati Niwas
Nova Délhi

Caro Shri Pranab Mukherjee,

Nós, os sociólogos abaixo assinados, incluindo professores da ativa e aposentados, e pesquisadores de universidades e institutos de toda a Índia, estamos profundamente preocupados com os acontecimentos no país e sentimos a necessidade urgente de fazer a seguinte manifestação pública:

A Constituição da Índia garante a todos os cidadãos o direito de ter suas crenças e de expressá-las pacificamente. Reafirmamos a autonomia da universidade como lugar de importância vital para o exercício desse direito. Portanto, inquietamo-nos com os crescentes ataques a estudantes, professores e funcionários de várias universidades perpetrados por organizações que parecem ter o apoio das autoridades e da polícia. Estudantes e professores têm sofrido abusos, ataques e ameaças em função de suas ideias e posições, enquanto os agressores parecem desfrutar de imunidade diante da lei.

Manifestamo-nos particularmente em apoio a nossos colegas prof. Vivek Kumar (JNU) e prof. Rajesh Misra (Lucknow University). A palestra do prof. Kumar no evento de 21 de fevereiro na Universidade de Gwalior foi encerrada violentamente pela ABVP. O prof. Misra foi ameaçado, também pela ABVP, simplesmente por postar em sua página do Facebook, no dia 23 de fevereiro, um artigo de jornal. A universidade e as autoridades exigiram uma explicação dele, e não daqueles que o ameaçaram.

Acreditamos firmemente que os acadêmicos devem ter a liberdade de falar, escrever e refletir sobre temas sociais sem que sua voz seja silenciada. Limitar a liberdade acadêmica é contrário aos interesses nacionais porque sabota a capacidade coletiva de analisar e compreender nossa sociedade diversa. Também reiteramos nossa confiança nas robustas tradições acadêmicas que nutriram uma variedade de perspectivas críticas e enriqueceram inclusive o movimento nacionalista, bem como o debate público na Índia independente. ■

> A escrita acadêmica: lógica e prática

Por **Raewyn Connell**, Universidade de Sydney, Austrália, e membro do Comitê de Pesquisa sobre Mulheres e Sociedade (RC32) e do Comitê de Pesquisa sobre Análise Conceitual e Terminológica (RC35) da ISA



São Mateus escrevendo seu evangelho sob a inspiração de um anjo.

ta — às vezes — plausíveis. Boa parte da escrita é feita individualmente, com uma caneta ou computador, e muitas angústias sobre suas próprias ideias. E, cada vez mais, a escrita acadêmica é publicada através de uma indústria competitiva e comercializada.

Mas esses mitos também distorcem a realidade da escrita de modo perigoso. Ambos tratam como gênio ou mérito individual o que é, na verdade, um processo altamente social. Ambos ignoram o fato fundamental de que escrita é comunicação. Ambos esquecem que escrever sobre suas pesquisas, em qualquer disciplina, é parte de um processo coletivo de construção e circulação do conhecimento.

A escrita importa, na sociologia ou em qualquer outra disciplina, precisamente porque é central para esse processo coletivo. Muitos aspectos da escrita científica que parecem arbitrários aos olhos dos pesquisadores jovens fazem sentido apenas quando consideramos as dimensões sociais da construção do conhecimento.

Só se pode compreender a política da escrita se forem consideradas as instituições e as estruturas sociais envolvidas. Isso inclui o impacto dos *rankings* e a mercantilização dos periódicos, o problema do trabalho precário entre os trabalhadores intelectuais, as hierarquias globais de reconhecimento, prestígio e recursos, os usos e riscos da internet e, ainda, o papel de processos democratizantes de construção e circulação de conhecimento.

> Uma perspectiva acerca da escrita

A chave está em reconhecer que a escrita é uma forma de trabalho social. É trabalho — e é fácil mostrá-lo, mesmo se tomarmos o mais brilhante dos textos literários. É útil empregar ideias da sociologia industrial para pensar a escrita. Entre outras coisas, isso estimula a pensar sobre a força de trabalho implicada: sua composição, salários e condições de contratação, tecnologias e outros recursos, supervisão e autonomia.

> Mitos e verdades

Dois grandes mitos distorcem nossa visão sobre a escrita – um antigo, outro novo. Segundo o mito antigo, a escrita é simplesmente uma questão de gênio e inspiração. Alguém agraciado com o dom senta-se uma bela manhã com a caneta na mão, a misteriosa Musa sussurra em seu ouvido e surge um texto brilhante. Ninguém sabe como. Tudo o que podemos fazer é olhar admirados e esperar que, na próxima vez, a Musa sussurre em nosso ouvido.

O novo mito é menos poético. Surgiu nas mentes dos administradores neoliberais e reflete sua obsessão pela competição. De acordo com esse mito, a escrita não é mais do que um produto comercializável que indivíduos dedicados fabricam e vendem em sua luta acirrada por reconhecimento. Brigar para publicar nos periódicos mais citados rende os maiores lucros, em termos de prestígio e de promoções.

Ambos os mitos refletem algo da realidade, que os aparen-

É claro que a escrita é uma forma especializada de trabalho. Trata-se essencialmente de trabalho comunicativo, então também é possível aplicar ideias da sociologia da comunicação. Nessa linha, podemos questionar sobre o público de um texto, como esse público é alcançado e o que a escrita faz para seus leitores. É muito importante para os pesquisadores pensar sobre as pessoas para as quais escreve, já que essa consciência modela a própria escrita.

A escrita acadêmica é uma forma específica de comunicação, e isso também merece atenção. É parte de um processo coletivo de construção de conhecimento, e por isso também é interessante buscar ideias na sociologia dos intelectuais e na sociologia do conhecimento (que é como esse campo vem sendo repensado na era pós-colonial). As relações de um escritor com os trabalhadores que o antecederam e que virão depois dele, na mesma área, são importantes; assim como o são as epistemes e enquadramentos de saber com as quais o trabalho se relaciona.

Com este breve histórico, podemos conceber a escrita como um processo de trabalho compreensível, e não como um grande mistério. Distintos gêneros nesse processo de trabalho envolvem distintos públicos e estilos. E, assim como em outras formas de trabalho, escrever exige habilidades que podem ser aprendidas e refinadas. Pressupõe, também, criatividade e intencionalidade, características que alimentam a reflexão e a discussão.

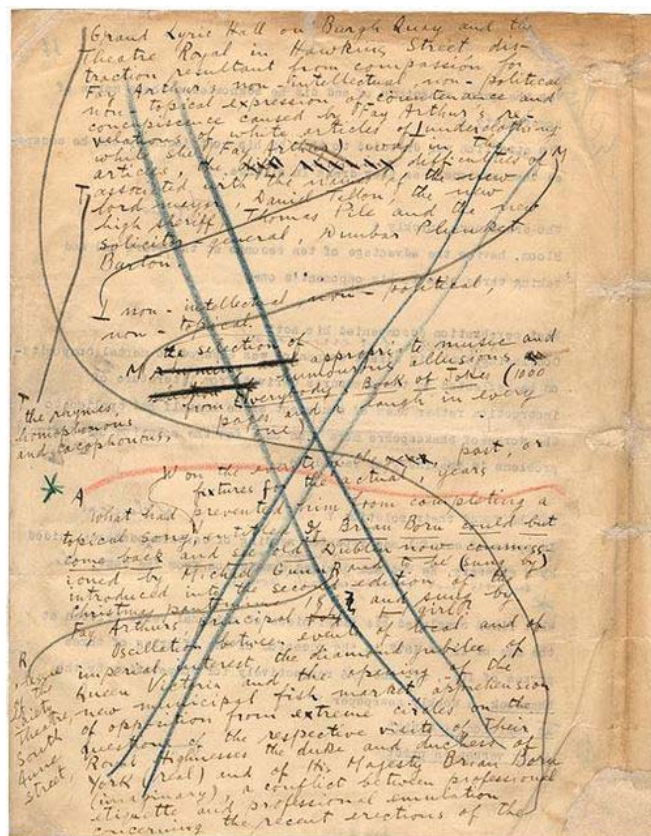
Nos últimos doze anos, realizei oficinas presenciais abertas sobre escrita em muitas conferências e universidades. Não do tipo que ensina a “Entregar um Produto Competitivo & Publicar nos Melhores Periódicos”. Bem pelo contrário! As oficinas se baseiam nas ideias que acabei de expor: a construção do conhecimento organizado é um processo inerentemente social, cooperativo; e a escrita, atividade central para a sua plena realização.

> Um breve guia para a escrita científica

Nos últimos meses, cristalicei as ideias dessas oficinas em uma série de postagens em blogs, as quais agora organizei e publiquei em um pequeno livro eletrônico distribuído sob licença Creative Commons.

Intitulado *Writing for Research: Advice on Principles and Practice*, o livro tem 42 páginas (incluindo ilustrações) e pode ser baixado de graça no meu site, <http://www.raewynconnell.net/p/writing-for-research.html>. YSinta-se convidado a baixar o texto e repassá-lo para quem tiver interesse; sua reprodução para fins não-comerciais é livre.

O livro discute questões de fundo sobre a escrita e seus gêneros; também aspectos práticos da escrita de um artigo científico, a partir de minha experiência como escritora; e



Manuscrito de *Ulisses*, de James Joyce.

questões chave da política da escrita. Aqui vai um esquema do sumário:

Parte um: sobre a escrita

1. A natureza da escrita
2. Comunicação de pesquisa, a realidade social
3. Os gêneros da escrita científica

Parte dois: como escrever um artigo de periódico – passos práticos

Resumo; argumento-esboço; rascunho; revisão; apresentação; publicação

Parte três: questões gerais

1. Programas de escrita
2. Por que fazer? Por que vale a pena?
3. Alguns recursos

Gostaria de encorajar outros pesquisadores experientes a compartilharem suas práticas e reflexões, de modo a ampliar nossa compreensão desse ofício, e gostaria muito de receber críticas e sugestões sobre este texto! ■

Contato com Raewyn Connell <raewyn.connell@sydney.edu.au>

> Apresentando a Equipe Cazaque

A equipe cazaque da *Diálogo Global* surgiu em 2015 sob a inspiração e a direção de Aigul Zabirowa. A divulgação do boletim no Cazaquistão é fruto de uma determinação impressionante, que supera todos os desafios da tradução para o idioma cazaque.



Aigul Zabirowa é professora de sociologia e fundadora do Departamento de Sociologia da Universidade Nacional Eurasiana L. M. Gumilyov, em Astana, Cazaquistão. Estudou em Moscou e doutorou-se em sociologia no Instituto de Sociologia da Academia Russa de Ciências (Moscou, 2004). Atualmente, pesquisa sobre a situação econômica de famílias no Cazaquistão e no Quirguistão; é coautora do livro *When salary is not enough: private households in Central Asia* (Verlag, maio de 2015).

Aigul já ofereceu vários cursos sobre sociologia urbana e teoria social. Seus trabalhos tratam principalmente de política identitária no espaço pós-soviético e de urbanização e migração na Ásia Central. Recebeu diversos prêmios e bolsas internacionais da Fundação MacArthur (2000-2001, 2002-2003), INTAS (2005-2007), TACIS (2007), Fundação Volkswagen (2011-2013), Instituto *Open Society* (2001-2003), Universidade Central Européia (2001, 2008), bem como bolsas locais e prêmios do Ministério da Ciência do Cazaquistão. Aigul foi pesquisadora associada na Escola de Estudos Orientais e Africanos, em Londres (2011), na Universidade de Lund, na Suécia (2008), na Universidade de Warwick, no Reino Unido (2007), e na Universidade de Indiana, nos Estados Unidos (2002). É membro da ISA desde 2010.



Bayan Smagambet é professora associada do Departamento de Sociologia da Universidade Nacional Eurasiana. Estudou em Almaty e recebeu sua Candidatura às Ciências em sociologia na Universidade Nacional Cazaque Al-Farabi em 1998. Dá aulas sobre história da sociologia e sociologia econômica. Suas áreas de pesquisa são desigualdade social e mercado de trabalho. Publicou ainda vários livros didáticos em Cazaque – História da sociologia, Sociologia econômica, História social – e cerca de 20 artigos de pesquisa.



Adil Rodionov é professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade Nacional Eurasiana e trabalha no *think tank* cazaque Instituto para a Integração Eurasiana. Doutorou-se em sociologia na Universidade Nacional Eurasiana (2009). Foi pesquisador associado na Universidade Centro-Europeia (Budapeste, Hungria, 2013-2014). Seus interesses de pesquisa são: redes sociais, sociedade civil e a história das ciências sociais. Atualmente, desenvolve projeto de pesquisa sobre as redes de organizações não-governamentais no Cazaquistão. Um resumo do projeto pode ser visto aqui:

http://e-valuation.kz/social_capital_en.html.



Gani Madi é professor do Departamento de Sociologia da Universidade Nacional Eurasiana, pela qual se formou mestre em 2010. Oferece cursos sobre teoria sociológica, estrutura e estratificação social, sociologia econômica, elitologia, sociologia da migração e introdução à sociologia. Atualmente, trabalha com dinâmicas de poder no local de trabalho e diferentes formas de controle gerencial do trabalho, bem como em teoria marxista.